METODISTAS UNIDOS

PRINCÍPIOS SOCIAIS

adotados pela Conferência Geral Charlotte, 2024

Princípios Sociais Metodistas Unidos

ÍNDICE

PREFÁCIO 5
PREÂMBULO 6

A COMUNIDADE DE TODA A CRIAÇÃO 9
Prefácio 9
A Criação em Perigo 9
A. A Destruição de Ecossistemas 9
B. O Aquecimento Global e as Alterações Climáticas 10
C. A Dependência dos Combustíveis Fósseis 10
A Salvaguarda da Criaçã 10
A. O Racismo Ambiental 11
B. As Políticas e as Práticas Sustentáveis 11
C. A Justiça Alimentar 12
D. O Cuidado de Todas as Criaturas 12
E. A Protecção do Espaço 13
F. A Afirmação da Ciência e da Sabedoria Tradicional 13

A COMUNIDADE ECONÓMICA 15
Prefácio 15
Os Desafios Económicos 15
A. A Globalização 15
B. A Pobreza e a Desigualdade de Rendimento 15
C. O Tráfico de Seres Humanos e a Escravatur 16
D. A Fraude, o Suborno e a Corrupção 16
A Justiça Económica 17
A. O Consumerismo Responsável 17
B. A Agricultura e a Produção Agrícola 18
C. A Dignidade do Trabalho 18
D. O Sábado e o Tempo Necessário para Descanso e Recreação 19
E. A Responsabilidade Social Corporativa 19

A COMUNIDADE SOCIAL 21
Prefácio 21
A Comunidade Acolhedora 21
A. A Família 21
B. As Pessoas Solteiras 21
C. A Sexualidade Humana 22
D. O Casamento 22
1. O Casamento Infantil 22
2. A Poligamia 23

3. O Divórcio 23
Outros Problemas e Questões de Natureza Social 23
A. O Abuso de Substâncias, o Álcool e o Tabaco 23
B. O *Bullying* ou Intimidação e Outras Formas de Violência 24
C. O Colonialismo, o Neocolonialismo e as suas Consequências 24
D. A Morte com Dignidade 25
1. Os Cuidados Dedicados a Pessoas à Beira da Morte..... 25
2. A Eutanásia e o Suicídio 25
E. Os Jogos de Fortuna ou Azar..... 26
F. A Igualdade de Género e a Diversidade 27
G. Os Meios de Comunicação Social e as Tecnologias da Comunicação 27
H. A Pornografia 27
I. A Experimentação Médica e a Investigação 28
J. A Doação e o Transplante de Órgãos..... 28
K. A Saúde Reprodutiva e o Aborto 29
L. O Racismo, o Etnocentrismo e o Tribalismo 30
M. O Assédio, o Abuso e a Agressão de Natureza Sexual 30

A COMUNIDADE POLÍTICA 32
Prefácio 32
As Responsabilidades dos Governos 32
A. A Igreja e os Governos 32
B. A Desobediência Civil 33
C. A Justiça Reparadora 33
D. A Pena de Morte 33
E. A Justiça Criminal 34
F. A Guerra e o Serviço Militar 35
Os Direitos e as Liberdades Fundamentais 35
A. A Assistência Médica 36
B. As Crianças e os Jovens 37
C. Os Idosos e o Envelhecimento 37
D. As Mulheres e as Raparigas 37
E. Os Homens e os Rapazes 38
F. As Comunidades Autóctones, Nativas e Aborígenes 38
G. Os Migrantes, os Imigrantes e os Refugiados 39
H. As Pessoas com Deficiência 39
I. As Orientações Sexuais e as Identidades de Género 40
J. As Minorias Religiosas 40

PREFÁCIO

A Igreja Metodista Unida, incluindo os seus órgãos antecessores, tem uma longa e rica história de preocupação com a justiça social. Os seus membros têm tomado, frequentemente, posições francas sobre questões controversas envolvendo princípios cristãos. Além de levar a cabo actos de misericórdia, o fundador do Metodismo, John Wesley, pronunciou-se contra o abuso de animais, a exploração de pessoas pobres e o tratamento de seres humanos como bens móveis. Seguindo os passos de Wesley, alguns dos primeiros metodistas exprimiram a sua oposição ao tráfico de escravos, ao contrabando e ao tratamento cruel dos prisioneiros. Da mesma forma, os Irmãos Unidos condenaram fortemente a escravatura.

Em 1908, a Igreja Metodista Episcopal (Norte) foi a primeira denominação a adoptar um Credo Social, que exigia "direitos iguais e justiça completa para todos os homens em todas as estações da vida". Na década seguinte, declarações semelhantes foram adoptadas pela Igreja Metodista Episcopal (Sul) e pela Igreja Metodista Protestante. A Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos adoptou uma declaração de Princípios Sociais em 1946, na altura da união dos Irmãos Unidos e da Igreja Evangélica. Em 1972, quatro anos após a unificação em 1968 da Igreja Metodista e da Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos, a Conferência Geral da Igreja Metodista Unida adoptou uma nova declaração de Princípios Sociais, que foi revista em 1976 e por cada Conferência Geral sucessiva. Em 2008, a Conferência Geral acrescentou uma litania complementar de Credo Social.

Os Princípios Sociais não são lei da igreja. Em vez disso, representam os sinceros esforços de oração da Conferência Geral para falar sobre questões do mundo contemporâneo a partir de uma sólida base bíblica e teológica que está de acordo com o melhor das nossas tradições metodistas unidas. Os Princípios Sociais constituem assim um apelo à fidelidade e ao compromisso social e pretendem ser instrutivos e persuasivos no melhor do espírito profético. Além disso, desafiam todos os membros da Igreja Metodista Unida a participarem na reflexão deliberativa e incentivam o diálogo intencional entre fé e prática. (Ver o ¶ 509.)

Os Princípios Sociais também são um documento vivo. Em reconhecimento das importantes alterações que tiveram lugar na Igreja Metodista Unida ao longo dos últimos 50 anos, incluindo desenvolvimentos significativos em África, na Europa e nas Filipinas, a Conferência Geral de 2012 mandatou que os Princípios Sociais fossem revistos para aumentar a sua fundamentação teológica, concisão e relevância global. Para realizar esta tarefa, a Junta Geral da Igreja e Sociedade procurou inicialmente contributos e aconselhamento através de consultas realizadas em cada uma das cinco Jurisdições dos EUA e na maioria das Conferências Centrais. A versão inicial dos Princípios Sociais revistos foi desenvolvida por seis equipas de redacção, cujos membros reflectiam a ampla diversidade da igreja. A seguir, uma Equipa de Revisão Editorial aperfeiçoou as versões adicionais, com base no feedback recebido através de inquéritos online, extensas consultas com as conferências centrais e anuais e comentários solicitados aos académicos, bispos, órgãos da igreja e líderes em toda a denominação.

Notas Editoriais Especiais

Ao longo dos Princípios Sociais, o termo "nós" refere-se especificamente à Conferência Geral e mais amplamente aos membros da Igreja Metodista Unida. Salvo indicação em contrário, o termo "igreja" refere-se especificamente à Igreja Metodista Unida em vez de, por exemplo, à Igreja Universal.

PREÂMBULO

Nós, as pessoas chamadas metodistas unidos, afirmamos a nossa fé no Deus vivo, que criou tudo o que é e chamou de bom e criou seres humanos à imagem de Deus. Damos graças por Jesus Cristo, encarnação do amor de Deus e nosso Salvador, que redime e cura a nossa relação com Deus. Confiamos nos movimentos do Espírito Santo, transformando vidas humanas e toda a criação. Além disso, declaramos a nossa fé de que a graça de Deus está disponível para todos e "nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o presente, nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor" (Romanos 8:38-39, ARC).

Desde o princípio, Deus nos chamou a entrar em aliança, unidos com Deus, uns com os outros e com a maravilhosa e diversa criação de Deus. Além disso, Deus chamou-nos a viver com amor nessas relações e a ser guardiões do mundo criado por Deus e a cuidar do jardim de Deus. Ao fazer a nossa parte em cuidar da criação, permitimos que todas as outras partes da criação cumpram os seus papéis distintivos na relação de aliança com Deus (Génesis 2:7-15). De acordo com o mandamento de Jesus, devemos amar-nos uns aos outros: "...como eu vos amei a vós, que também vós uns aos outros vos ameis. Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros" (João 13:34-35, ARC).

Criados à imagem de Deus para viver em aliança com Deus e com o mundo, honramos a dignidade de todos os seres e afirmamos a bondade da vida. Sabendo que somos mantidos na graça de Deus, somos capazes de confessar os nossos pecados. Falhámos em amar a Deus com todo o nosso coração, alma, mente e força e em amar o próximo como a nós mesmos. Temos participado em sistemas sociais injustos e destruidores de vidas. Não temos sido guardiões fiéis da criação de Deus, nem temos valorizado o papel que cada parte da criação desempenha no florescimento do mundo de Deus. Além disso, não temos seguido o exemplo de Jesus Cristo em compartilhar o amor extravagante de Deus e em ministrar a "um destes pequeninos" (Mateus 25:45, ARC). Temo-nos fechado ao Espírito guia de Deus nas nossas interacções diárias com a família humana e a terra. Temos fracassado e, mesmo assim, Deus ainda nos ama.

Estamos gratos pelo amor misericordioso e santificador de Deus, que nos foi dado a nós e a todos e que nos encaminha para o amor perfeito. Pela graça de Deus, somos chamados a ser mais como Cristo e, como tal, a ser misericordiosos, justos e compassivos. Ao responder a essa chamada, procuramos seguir Jesus, que deu amor a todos sem limites - às crianças, aos marginalizados, aos condenados e aos confusos. Jesus chama cada geração ao discipulado sincero e total: abrindo os nossos corações às pessoas que encontramos diariamente; praticando a compaixão com as nossas famílias e os nossos vizinhos; honrando a dignidade e o valor de todas as pessoas próximas e distantes; reconhecendo os sistemas que destroem vidas humanas através da pobreza, da guerra e da exclusão; e advogando a justiça e a solicitude nas nossas igrejas, comunidades e estruturas sociais. Além disso, Deus chama-nos a ser guardiões da criação, cuidando dos céus e das águas, do solo e das plantas, assim como de todos os seres.

Damos graças pela boa dádiva de Deus da Igreja Universal e pelos valores cristãos incorporados na tradição wesleyana e na Igreja Metodista Unida. Reconhecemos que o Corpo de Cristo tem muitas partes e todas elas são valiosas. Assim, respeitamos as diferenças

dentro do Corpo de Cristo, incluindo diferenças na compreensão e expressão da fé, nos dons e nas práticas do ministério e nas experiências da vida, tal como moldadas por etnias, culturas, comunidades, capacidades, idade, orientação sexual e género. Afirmamos a nossa crença no valor inestimável de cada indivíduo a quem Deus concede dons únicos. Renovamos o nosso compromisso por sermos testemunhas fiéis do Evangelho nas nossas vidas e trabalho diários e por ampliar o nosso testemunho como igreja.

As diferenças são um dom precioso e um desafio intimidante. Podem aumentar a capacidade da igreja para viver e ministrar fielmente. No entanto, Deus chama a nossa igreja ao discipulado difícl, com Jesus como nosso guia e o Espírito como nossa força diária. Com a ajuda de Deus, aceitamos o desafio de seguir o sublime pedido para "praticar a justiça, amar a beneficência e andar humildemente com o seu Deus" (Miqueias 6:8, ARC). As Regras Gerais de John Wesley continuam a inspirar os metodistas unidos a práticas fiéis que não farão o mal, farão o bem e seguirão as ordenanças de Deus.[1] Reconhecemos os desafios perante a igreja para nos envolvermos com honestidade e compaixão através de escuta profunda, conversas difíceis e ministério partilhado, mesmo quando não concordamos em todos os assuntos.

Reconhecemos que a igreja é um corpo vivo criado a partir de muitas e diversas partes da comunidade humana. Assim, a unanimidade de crenças, opiniões e práticas nunca foram características da igreja desde o início. Desde os seus primeiros dias, como testemunhado pelos Evangelhos, as cartas de Paulo, os Actos dos Apóstolos e outros textos do Novo Testamento, diversos entendimentos e controvérsias sobre muitos assuntos têm sido a realidade. Por conseguinte, sempre que ocorrem diferenças significativas de opinião entre cristãos, algumas das quais continuam a dividir profundamente a igreja hoje em dia, os cristãos fiéis precisam de enfrentar as suas divergências e até mesmo o seu desespero e não cobrir as diferenças com falsas afirmações de consenso ou unanimidade. Pelo contrário, a igreja precisa de abraçar os conflitos com coragem e perseverança, enquanto procuramos em conjunto discernir a vontade de Deus. Com essa compreensão e compromisso, comprometemo-nos a reconhecer e a acolher com coragem, confiança e esperança as controvérsias que surgem entre nós, aceitando-as como prova de que Deus ainda não acabou de nos esculpir para ser o povo de Deus.

Reconhecendo que Deus é o nosso Criador, Redentor e Sustentador, procuramos centrar as nossas vidas e o nosso testemunho em Deus. Estamos confiantes de que nada nos pode separar da graça de Deus e que o testemunho social da igreja é um testemunho dessa graça. Com a ajuda de Deus, comprometemo-nos a partilhar o ministério e a honrar a dignidade de todos, mesmo quando discordamos, a procurar a mente de Cristo e a seguir a vontade de Deus em todas as coisas.

[1] "As Regras Gerais da Igreja Metodista: A Natureza, a Concepção e as Regras Gerais das Nossas Sociedades Unidas", o Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida (Nashville: a Editora da Igreja Metodista Unida, 2016).

A COMUNIDADE DE TODA A CRIAÇÃO

PREFÁCIO

> *A grande lição que o nosso abençoado Senhor inculca aqui... é que Deus está em todas as coisas e que nós devemos ver o Criador no copo de cada criatura; que devemos usar e não considerar nada como separado de Deus... que permeia e acciona toda a estrutura criada, e é, no verdadeiro sentido, a alma do universo.*[2]

Afirmamos que toda a criação pertence a Deus e é uma manifestação da bondade e do cuidado providencial de Deus. Os seres humanos, os animais não humanos, as plantas e outros seres sencientes e não sencientes participam na comunidade da criação e o seu florescimento depende do cuidado de toda a criação de Deus. Em vez de tratar a criação como se esta fosse colocada aqui exclusivamente para uso e consumo da humanidade, somos chamados a praticar uma salvaguarda responsável e a viver em relação adequada com o Criador e com toda a criação de Deus (Génesis 1:26-31; Mateus 6:26-30; Romanos 8:22-24). Também somos chamados a respeitar o papel de cada parte da criação na cura do todo; por isso, louvamos a Deus com toda a criação (Salmos 148) e reconhecemos que fazemos parte de ecossistemas complexos, todos valorizados por Deus.

Afirmamos o nosso apelo sagrado para sermos guardiões responsáveis e para cuidar com amor de tudo o que Deus tem feito. Reconhecemos o valor inerente à criação de Deus, celebramos a abundância e a diversidade da Terra e, juntamente com a totalidade do cosmos, louvamos o seu Criador. Reconhecemos que somos membros interconectados de ecossistemas complexos, intrincadas redes de vida, tendo tudo isso as suas origens no acto de Deus da criação, cheio de graça.

A CRIAÇÃO EM PERIGO

Reconhecemos que as actividades humanas insustentáveis têm posto em perigo toda a criação de Deus. Além disso, confessamos que a degradação e destruição total do ambiente natural ameaça danos sem precedentes, trazendo perigo à vida humana e não humana.

A. A Destruição de Ecossistemas

Conscientes ou não disso, os seres humanos são participantes e beneficiários de complexos ecossistemas naturais constituídos por uma miríade de relações simbióticas entre organismos vivos, como animais, plantas, insectos e microorganismos, assim como os ambientes físicos em que estes habitam, incluindo o ar, a água e o solo.

O consumo excessivo, as políticas míopes, a má gestão dos recursos naturais e outras práticas insustentáveis têm afectado gravemente os frágeis ecossistemas naturais de que toda a vida depende. Demasiadas vezes, a humanidade tratou o resto do mundo criado como se fosse descartável e permitiu que a destruição de outros organismos vivos e dos seus habitats naturais não fosse controlada. Além disso, as experiências e as vozes das pessoas em maior risco têm sido grandemente ignoradas.

[2] John Wesley, "O Sermão do Monte."

B. O Aquecimento Global e as Alterações Climáticas

O aquecimento global e as alterações climáticas já estão a criar condições extremas que ameaçam toda a vida na Terra. A super-industrialização, a desflorestação generalizada e a dependência excessiva dos combustíveis fósseis são apenas algumas das actividades humanas que contribuíram para a acumulação de gases com efeito de estufa, como o dióxido de carbono, o metano e o óxido nítrico na atmosfera terrestre.

Um forte aumento dos gases com efeito de estufa nas últimas décadas já resultou numa subida constante do nível do mar, na crescente acidificação dos oceanos do mundo, no aumento das secas e da fome e na intensificação de eventos climáticos extremos. Os cientistas do clima advertem que a janela de oportunidade para reverter os efeitos negativos do aquecimento global e da mudança climática está a fechar-se rapidamente. Sem a acção concertada de indivíduos, igrejas, comunidades, accionistas, empresas, governos e organizações internacionais, os efeitos negativos tornar-se-ão irreversíveis.

C. A Dependência dos Combustíveis Fósseis

A queima de combustíveis fósseis, incluindo carvão, petróleo e, em menor grau, gás natural, é o maior contribuinte individual para a acumulação de gases com efeito de estufa e o consequente aquecimento da atmosfera terrestre. Para inverter a actual trajectória das alterações climáticas globais, são necessários maiores investimentos na investigação, desenvolvimento e distribuição de alternativas aos combustíveis fósseis, incluindo, entre outras, fontes de energia solar, eólica, geotérmica e baseada no hidrogénio.

Na procura de alternativas aos combustíveis fósseis, é fundamental evitar soluções que possam agravar os problemas actuais ou criar novos desafios ambientais imprevistos. O recurso à energia nuclear, por exemplo, suscita preocupações consideráveis no que diz respeito ao armazenamento e contenção seguros dos resíduos radioactivos.

Do mesmo modo, propostas recentes para reduzir a acumulação de gases com efeito de estufa através da geo-engenharia das bioesferas da Terra, incluindo a sua terra, ar e água, o risco de efeitos secundários imprevisíveis e de uma maior desestabilização dos ecossistemas naturais dos quais depende toda a vida.

Inevitavelmente, a transição de uma dependência excessiva dos combustíveis fósseis terá impactos adversos sobre os indivíduos e as comunidades cujos meios de subsistência ainda dependem fortemente da produção, venda e distribuição destas mercadorias. Na medida do possível, os planos de desenvolvimento e implantação de fontes alternativas de energia devem minimizar os impactos financeiros negativos, investindo em estratégias que apoiem as pessoas na transição bem-sucedida para um novo posto de trabalho, fortaleçam a rede de segurança social para fazer face à perda de postos de trabalho e de rendimentos e proporcionem amplas oportunidades de educação e reconversão profissional.

A SALVAGUARDA DA CRIAÇÃO

Em Génesis 1, lemos que Deus declarou a criação como boa (Génesis 1:4, 10, 12, 18, 25, 31), e em Génesis 2 lemos que Deus "tomou o homem e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar" (Génesis 2:15 ARC). A bondade da criação de Deus e o valor dado a cada parte dela, apelam às pessoas para respeitar, proteger e cuidar da criação e de todos os seus aspectos inter-relacionados.

A. O Racismo Ambiental

Confessamos que os impactos negativos resultantes da degradação do mundo natural caíram desproporcionalmente sobre as comunidades marginalizadas, incluindo tribos indígenas, comunidades religiosas e étnicas, pessoas que vivem na pobreza e outros grupos vulneráveis. Por conseguinte, nós, comprometemo-nos a resistir a todas as formas de exploração ambiental, negligência e desigualdade. Estas práticas condenam as comunidades empobrecidas e os países em desenvolvimento a sofrer as consequências de ambientes perigosos, poluição industrial, lixeiras de resíduos tóxicos e degradação urbana. Tais comportamentos constituem racismo ambiental. Opomo-nos a políticas e práticas que releguem as comunidades marginalizadas para um estatuto de subclasse permanente e ignorem os indígenas e outras fontes de sabedoria comunitária, que exigem que o ar, a terra e a água sejam tratados com profundo respeito.

Além disso, estes grupos sofrem desproporcionadamente de maiores incidências de asma, cancro, defeitos congénitos e outras condições médicas evitáveis. Estes problemas de saúde estão associados a poluentes e a outras substâncias químicas no solo, na água e no ar que afectam a nossa água potável, alimentos e ambiente físico. Exortamos os governos, as empresas e as instituições cívicas a dar prioridade ao aumento do acesso a serviços de prevenção e tratamento.

Apelamos à instituição de princípios, políticas e práticas ambientalmente justas. Afirmamos a sabedoria e a acção dos povos autóctones e das populações marginalizadas para determinar por si próprios as práticas e políticas que melhor satisfazem as suas necessidades humanas fundamentais, incluindo alimentação, água, abrigo e terra livre de resíduos tóxicos. A autodeterminação implica, entre outras coisas, o acesso a todas as informações pertinentes e poder de decisão significativo sobre desenvolvimentos industriais, agrícolas e outros, que tenham capacidade para causar danos significativos à terra, ao ar e à água.

B. As Políticas e as Práticas Sustentáveis

A sustentabilidade é crucial para o desenvolvimento de políticas e práticas ecologicamente sólidas que procuram restaurar o equilíbrio do mundo natural e acabar com as relações perturbadoras entre a humanidade e o resto da criação de Deus.

As políticas e as práticas sustentáveis visam satisfazer as necessidades humanas existentes, assegurando que as gerações futuras tenham os recursos de que necessitam para prosperar. As políticas e as práticas sustentáveis dão prioridade à protecção de todas as formas de vida e ecossistemas naturais, ao mesmo tempo que apoiam os seres humanos a viver em equilíbrio saudável com a terra.

Instamos os metodistas unidos a adoptar hábitos e práticas sustentáveis, incluindo a abstenção de consumo excessivo, a reformulação e reciclagem de materiais, evitando produtos que poluem ou de outra forma prejudicam o ambiente e reduzindo as pegadas de carbono de indivíduos e famílias ao reduzir a dependência geral de combustíveis fósseis na produção de calor, no transporte e outros bens de consumo.

Reconhecendo que a simples mudança dos nossos hábitos pessoais não será suficiente para reverter décadas de danos ambientais, a igreja apoia os esforços de cooperação locais, regionais, nacionais e internacionais destinados a reparar os danos ecológicos que os seres humanos têm causado a nível mundial. Tais esforços de cooperação devem incluir o desenvolvimento e a aplicação de políticas e práticas que protejam todos os seres sencientes e a promoção do desenvolvimento económico sustentável. Também

incentivamos o consumo responsável e a acção urgente na luta contra o aquecimento global e a mudança climática.

C. A Justiça Alimentar

Sistemas alimentares ecologicamente sustentáveis, orientados localmente e distribuídos equitativamente são prioridades urgentes. Apoiamos as políticas e as práticas destinadas a garantir o acesso a alimentação saudável e a água potável, especialmente para as comunidades que têm sido sujeitas à degradação ambiental ou privadas de recursos adequados para produzir ou comprar os seus próprios alimentos.

Afirmamos também a soberania alimentar, que promove o direito de todas as pessoas a uma alimentação saudável e culturalmente apropriada, produzida através de métodos ecologicamente saudáveis e sustentáveis. Apoiamos o controlo local da produção alimentar, o que implica proporcionar às comunidades locais oportunidades de participação significativa nas decisões sobre os tipos de gado a criar e as culturas a cultivar. Rejeitamos as políticas e as práticas agrícolas que tornam os alimentos inacessíveis aos trabalhadores agrícolas e às comunidades nas quais os alimentos são produzidos. Defendemos uma firme protecção dos direitos à terra, à alimentação e à água das populações autóctones.

Opomo-nos à patenteação de variedades de sementes e de outros organismos tradicionalmente utilizados na lavoura e na agricultura. A prática em rápida expansão de patentear variedades de sementes e cobrar aos agricultores pelo seu uso reduziu o acesso às culturas tradicionais e aumentou o endividamento das explorações agrícolas de subsistência e de menor escala. Consequentemente, apoiamos os esforços de cooperação e de fonte aberta destinados a tornar as variedades tradicionais de sementes disponíveis para aqueles que delas necessitam.

Também pedimos a criação de políticas que reduzam os métodos agrícolas com consumo intenso de carbono, o que aumenta as alterações climáticas. Os produtores devem ser responsáveis pelo seu impacto adverso na embalagem, na distribuição e no transporte de alimentos e procurar a segurança e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e dos trabalhadores de processamento de alimentos.

D. O Cuidado de Todas as Criaturas

Apoiamos o tratamento respeitoso e humano dos animais, que são participantes cruciais na criação contínua de Deus e de valor inerente. Adoptamos os ensinamentos bíblicos que prevêem uma época em que os seres humanos e outras criaturas devem viver em paz e harmonia numa criação restaurada (Isaías 11:6).

Este compromisso para com o tratamento respeitoso e humano dos animais significa, por exemplo, pôr em prática protecções para garantir que os animais usados na agricultura e em outras formas de trabalho estão livres de tipos de tratamento cruéis ou abusivos e são tratados com amplo descanso e alimentação. Além disso, opomo-nos a forçar os animais a lutar uns com os outros.

Os animais criados para o consumo dos seres humanos deveriam dispor de condições de vida saudáveis e de alimentos e água suficientes. Os animais criados para o consumo dos seres humanos também devem ser criados em condições humanas e abatidos de forma a minimizar o seu sofrimento e dor em geral.

No que se refere às criaturas que vivem em meio selvagem, exortamos os organismos internacionais, governos, instituições cívicas, igrejas e indivíduos e grupos interessados em cooperar para acabar com a caça furtiva e proteger as espécies ameaçadas

e vulneráveis e preservar os habitats em declínio. Condenamos as extinções em massa actualmente em curso e apelamos à adopção de políticas e práticas sustentáveis que permitam o desenvolvimento da vida animal e humana.

E. A Protecção do Espaço

A criação de Deus abrange não só a Terra, mas todo o cosmos, incluindo o espaço. O nosso dever de ser guardiões responsáveis, consequentemente, vai muito além do ambiente imediato da humanidade e abrange não apenas o nosso próprio sistema solar, mas também outras galáxias. Por isso, rejeitamos a exploração, a mercantilização e a militarização do espaço. Expressamos a nossa esperança de que a exploração e a colonização do espaço, incluindo a lua e outros corpos planetários, ocorra de forma pacífica e cooperativa e, de tal forma que os benefícios e recursos de qualquer exploração e desenvolvimento futuros revertam a favor de toda a humanidade.

F. A Afirmação da Ciência e da Sabedoria Tradicional

Afirmamos o valor da ciência e da razão em fornecer compreensões mais profundas sobre as origens e o funcionamento do cosmos. Também reconhecemos que, como todos os esforços humanos, a ciência pode ser mal utilizada e abusada. Por conseguinte, exortamos todos aqueles que estão envolvidos em actividades de investigação científica a aderir aos mais altos padrões éticos na realização do trabalho de investigação e na aplicação das suas descobertas e resultados.

Afirmamos, também, a sabedoria tradicional encontrada no seio das comunidades autóctones, particularmente a ênfase que os povos nativos e os primeiros povos têm dado a viver em harmonia e equilíbrio com a terra e outros animais, assim como a necessidade de proteger o ar, a terra e a água.

A COMUNIDADE ECONÓMICA

PREFÁCIO

Quando o Possuidor do céu e da terra o(a) criou e pôs neste mundo, [Deus] pô-lo(a) aqui não como um proprietário, mas como um guardião: Como tal [Deus] confiou-lhe, durante algum tempo, bens de vários tipos; mas a propriedade exclusiva destes ainda pertence a [Deus], não podendo ser alienada de [Deus]. Como você mesmo(a) não pertence a si próprio(a), mas [a Deus], tal é, da mesma forma, tudo aquilo que desfruta.[3]

Como metodistas unidos, professamos que tudo o que somos e tudo o que possuímos pertence a Deus. Somos guardiões e administradores temporários dos recursos e bens materiais que acumulámos. Nas nossas relações e relações financeiras, nada menos do que outros aspectos do discipulado, somos obrigados a servir a Deus e ao próximo em tudo o que fazemos.

Poucos temas bíblicos são tão proeminentes ou tão numerosos como as injunções bíblicas para estar em solidariedade com "um destes pequeninos", incluindo os pobres, os órfãos, as viúvas, os estrangeiros e todos os outros membros vulneráveis da sociedade (Amós 5:7-13; Mateus 25:3-46; Tiago 2:15-16). Assim, comprometemo-nos a estabelecer economias justas, equitativas e sustentáveis que sejam aceitáveis para todos.

OS DESAFIOS ECONÓMICOS

A. A Globalização

Acreditamos que a cooperação global muitas vezes contribui para a prosperidade humana e ambiental. No entanto, lamentamos que a globalização tenha criado obstáculos significativos para alcançar a justiça económica em muitos casos. A globalização é marcada pela crescente integração das economias nacionais e pelo surgimento de corporações multinacionais que desempenham um papel de grande dimensão nos sistemas de mercado global.

Embora a globalização tenha, sem dúvida, proporcionado certos benefícios financeiros e outros, também minou os padrões salariais e laborais estabelecidos, enfraqueceu as protecções ambientais e acelerou a concentração da riqueza mundial nas mãos de poucos. Além disso, a globalização aumentou o consumo excessivo devido ao pronto acesso a bens mais baratos e minou os direitos indígenas à terra numa corrida para adquirir as matérias-primas necessárias para a expansão da produção.

Como igreja, reconhecemos a importância de criar economias justas, equitativas e sustentáveis que beneficiem todos os membros da sociedade, especialmente as pessoas marginalizadas e vulneráveis. Além disso, dado que a globalização transcende a capacidade de qualquer indivíduo, comunidade ou governo por si só, para gerir, apelamos aos organismos internacionais, incluindo as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e outros, para que responsabilizem as corporações multinacionais e os governos nacionais para providenciar economias que promovam as pessoas em vez dos lucros e protejam o ambiente.

B. A Pobreza e a Desigualdade de Rendimento

Como metodistas unidos, seguimos os passos do nosso fundador, John Wesley,

[3] John Wesley, "O Uso do Dinheiro."

que procurou melhorar as vidas daqueles que sofriam de condições debilitantes, tais como a pobreza, a fome, o analfabetismo, a prisão, a escravatura, os vícios e as doenças.

Condenamos o fosso cada vez maior entre ricos e pobres e a concentração da riqueza nas mãos de percentagens cada vez menores da população global. Lamentamos que muitos dos povos do mundo careçam dos recursos fundamentais necessários para sobreviver e comprometemo-nos a trabalhar a fim de erradicar as raízes e as consequências da pobreza. Lamentamos ainda as múltiplas causas da pobreza, tais como a guerra, a fome, as doenças e a desertificação.

Rejeitamos os ensinamentos religiosos que consideram a acumulação de riqueza como um sinal do favor de Deus e a pobreza como um sinal do desfavor de Deus. Confessamos que nem sempre ouvimos as palavras de Jesus, que pregava boas novas aos pobres, ensinava que estes não estavam longe do Reino vindouro de Deus e desafiava o jovem rico a desistir de tudo o que tinha para segui-lo (Lucas 6:20; Mateus 19:23-25).

Comprometemo-nos a estar em ministério activo com comunidades empobrecidas, partilhando as boas novas de Jesus Cristo e apoiando os seus esforços para assegurar oportunidades iguais e satisfazer as necessidades humanas, incluindo alimentação, água, cuidados de saúde e educação. Rejeitamos o tratamento preferencial na igreja com base na riqueza e no rendimento. Também nos comprometemos a trabalhar para a erradicação de práticas, políticas e sistemas injustos que condenaram gerações inteiras a viver numa pobreza implacável.

C. O Tráfico de Seres Humanos e a Escravatura

Condenamos o tráfico de seres humanos e a escravatura como violações profundas da dignidade e do valor inerentes a cada pessoa e dos seus direitos fundamentais relacionados com a autonomia, incluindo a capacidade de cada indivíduo de fazer escolhas pessoais de vida. Consideramos que a escravidão é um repúdio à compreensão cristã fundamental de que todas as pessoas são criadas à imagem de Deus.

O tráfico de seres humanos implica a compra e venda de seres humanos para fins de trabalho forçado ou servidão, incluindo a exploração sexual privada e comercial. Consideramos que esse tráfico é abominável porque viola os direitos humanos fundamentais e explora as vulnerabilidades dos membros mais indefesos da sociedade. Aqueles que são especialmente vulneráveis incluem as crianças menores e as mulheres, os migrantes, as pessoas deslocadas e outros que vivem na pobreza.

Apoiamos a abolição do tráfico de seres humanos e da escravatura de qualquer tipo. Comprometemo-nos a trabalhar para a eliminação das desigualdades sociais e económicas que proporcionam terreno fértil para o florescimento desses males. Rejeitamos também a prática do uso de trabalhadores escravos, assalariados, presos ou coagidos nas indústrias extractivas ou na produção de bens comerciais. Exortamos os indivíduos, as famílias, as congregações e os retalhistas a praticar o consumerismo socialmente responsável, educando-se sobre as fontes de trabalho e as condições de trabalho envolvidas nos processos de produção.

D. A Fraude, o Suborno e a Corrupção

Opomo-nos à fraude, ao suborno e a outras formas de corrupção como violações da confiança pública e impedimentos à criação de sociedades justas e equitativas. Deploramos o envolvimento de funcionários do governo, quadros superiores de empresas, líderes da igreja e outras pessoas de autoridade nestas práticas, não apenas devido à sua ilegalidade,

mas porque tais práticas corroem a confiança pública em formas legítimas de autoridade. Além disso, subvertem os princípios fundamentais relacionados com a igualdade sob a lei e servem como obstáculos ao estabelecimento de economias justas e equitativas. A consequência é o desvio do financiamento público e a manipulação de contratos públicos que prejudicam projectos e serviços que poderiam beneficiar toda a sociedade.

A JUSTIÇA ECONÓMICA

> *Suplico-vos, em nome do Senhor Jesus, que actuem de acordo com a dignidade da vossa vocação! Chega de preguiça! Tudo o que as vossas mãos encontrarem para fazer, façam-no com a vossa energia! Chega de desperdício! Acabem com todas as despesas que a moda, os caprichos ou a carne e o sangue exigem! Chega de cobiça! Mas usem tudo o que Deus vos confiou, fazendo o bem, de todas as formas e tanto quanto possível, à família da fé, a todos as pessoas![4]*

O nosso compromisso para alcançar a justiça económica está enraizado na compreensão da aliança de que a criação de Deus deve ser partilhada por todos os seres humanos e sencientes. Tal como o oikos ou agregado familiar serviu como centro da economia nos tempos antigos, a nossa crença na natureza inclusiva do agregado familiar global de Deus motiva a nossa procura de economias justas, equitativas e sustentáveis.

Como membros do oikos de Deus e seguidores de Jesus, que ensinaram que devemos "dar a quem pedir e não nos desviarmos daqueles que querem pedir emprestado", abraçamos o nosso dever de partilhar a abundância da criação de Deus de formas justas e equitativas (Mateus 5:42). Por conseguinte, exortamos os governos, as empresas e as associações cívicas a assegurar que os indivíduos, as famílias e as comunidades não só sobrevivam, mas também prosperem.

A. O Consumerismo Responsável

O consumerismo socialmente responsável é essencial na vida de hoje. Exortamos os indivíduos, as famílias e as congregações a adoptarem hábitos de vida que reduzam o desperdício desnecessário, promovam uma compensação justa e equitativa, promovam a sustentabilidade e reduzam a dependência dos combustíveis fósseis.

Exortamos os consumidores a exercer o seu poder económico para encorajar o fabrico de bens que sejam benéficos para a humanidade, evitando os que são produzidos através de práticas de trabalho exploratórias. Apoiamos esforços pacíficos e não violentos, incluindo boicotes, campanhas de redacção de cartas, apelos aos accionistas e alienação, como meio eficaz de expressar a insatisfação colectiva com as empresas que se envolvem em práticas injustas ou prejudiciais. Apelamos também aos accionistas e funcionários para que exerçam a sua acção moral, procurando influenciar as políticas empresariais. Quando tais acções são necessárias, pedimos que estas estejam alinhadas com os ensinamentos do Evangelho e com o compromisso da igreja para com a dignidade e o valor de todos os seres.

Reconhecendo que as nações desenvolvidas consomem agora a grande maioria dos recursos naturais do mundo, também apoiamos as políticas internacionais e os esforços de cooperação destinados a produzir economias mais justas e que promovam o desenvolvimento dos seres humanos.

[4]John Wesley, "O Uso do Dinheiro."

B. A Agricultura e a Produção Agrícola

A ênfase dada à necessidade do "pão nosso de cada dia" na oração do Senhor (Mateus 6:11) serve como um lembrete crucial da importância do sustento diário e dos papéis essenciais que a agricultura e outras formas de produção agrícola desempenham na satisfação das necessidades nutricionais de uma população global em rápida expansão. Por conseguinte, nós, apelamos para o estabelecimento de políticas e práticas para garantir a segurança destas artérias vitais e para assegurar que as decisões relacionadas com a produção agrícola, assim como os benefícios dessa produção, estejam à disposição de todos.

Apoiamos as explorações agrícolas locais e familiares e valorizamos o seu valor na alimentação da grande maioria da população mundial. Deploramos a crescente monopolização dos meios de produção agrícola pelas corporações e grandes empresas agrícolas. Esses monopólios originam preocupações significativas sobre a perda de contribuições locais e poder de decisão e aceleram a degradação dos ecossistemas, incluindo o solo, a água e as florestas.

As grandes empresas agrícolas, em particular, têm exacerbado as práticas que reservam as melhores terras para a produção exclusiva de culturas exportáveis, em vez de usar esses recursos para alimentar as populações locais. Também aceleraram o esgotamento do solo através da monocultura, aumentaram a libertação de gás metano pela pecuária, contribuíram para a degradação ambiental e expuseram os trabalhadores a níveis inseguros de pesticidas e herbicidas.

Apoiamos medidas que protegem a operação contínua das explorações agrícolas locais, familiares e comunitárias e pedimos a eliminação dos programas governamentais que beneficiam desproporcionalmente as grandes corporações e as empresas agrícolas. Apoiamos os esforços para restaurar a contribuição local e a tomada de decisões sobre o uso da terra, a produção de culturas, a criação de gado e a protecção de habitats locais, na esperança de que tudo isto permita que as comunidades locais aproveitem mais dos benefícios da agricultura e de outras formas de produção agrícola.

Exortamos os agricultores, grandes e pequenos, a dedicar-se a práticas sustentáveis que preservem a integridade da cadeia alimentar, garantam que os trabalhadores agrícolas e outros trabalhadores sejam justamente compensados e protejam o meio ambiente natural.

C. A Dignidade do Trabalho

Acreditamos na dignidade do trabalho, não apenas como meio de subsistência, mas como uma forma através da qual indivíduos possam contribuir para a prosperidade das suas famílias e para o bem comum. Esta afirmação da dignidade do trabalho leva-nos a apoiar o direito a condições de trabalho seguras e protegidas, sem riscos para a saúde e a segurança. Também apoiamos o estabelecimento e a aplicação de políticas que garantam aos trabalhadores uma compensação justa e equitativa, por vezes referida como um salário digno. Reconhecemos que o pleno emprego é um sonho distante em muitas comunidades e culturas e, nessas situações, os desafios relacionados com o estabelecimento dos direitos dos trabalhadores são significativos. Mesmo assim, a igreja defende o tratamento justo e decente dos trabalhadores e apoia políticas que expandem as oportunidades para que mais pessoas encontrem trabalho significativo com justa compensação e benefícios.

Opomo-nos à dependência generalizada do trabalho infantil, que obriga as crianças com menos de 18 anos de idade a renunciar à sua infância e a renunciar a oportunidades educacionais e, em vez disso, a trabalhar na agricultura comercial, na indústria transformadora

ou nas indústrias extractivas.

Apoiamos a liberdade de associação dos trabalhadores, incluindo os seus direitos de organizar sindicatos, de participar em acordos colectivos e de protestar contra condições de trabalho inseguras e práticas e políticas de emprego injustas. Também apoiamos o direito dos trabalhadores à greve. Rejeitamos os esforços para substituir permanentemente os trabalhadores envolvidos em greves ou para tornar ilegais as paralisações organizadas do trabalho.

Apoiamos medidas que limitem a duração do dia de trabalho e da semana de trabalho e apoiamos políticas que garantam a todos os trabalhadores licenças remuneradas, incluindo mas não limitado a faltas justificadas por doença ou em caso de morte na família, oportunidades para votar e realizar outros deveres cívicos, feriados ou férias e licença parental para aqueles que cuidam de recém-nascidos ou de crianças recentemente adoptadas.

D. O Sábado e o Tempo Necessário para Descanso e Recreação

Reconhecemos o Sábado como um dom de Deus para todas as pessoas, lembrando que Deus descansou no sétimo dia da Criação. (Génesis 2:2; Êxodo 20:8-11) Afirmamos a importância de tirar tempo do trabalho para descansar e renovar a mente, o corpo e o espírito, participarmos em jogos e recreação e servir as necessidades das nossas comunidades. Afirmamos ainda que o Sábado é também um tempo para dar descanso aos outros na comunidade humana.

Encorajamos todos os metodistas unidos a honrar o Sábado participando activamente na vida de adoração de uma congregação local. Exortamos os governos e as empresas a promoverem políticas e práticas que permitam que as pessoas de todas as crenças religiosas reservem o tempo suficiente afastados do trabalho para se dedicarem à adoração, renovação e oportunidades de confraternização e companheirismo.

E. A Responsabilidade Social Corporativa

Acreditamos que as corporações e as empresas, tal como todas as outras instituições humanas, estão encarregadas de fazer o bem, promover a equidade e a justiça e fazer contribuições positivas para a vida comunitária. Em vez de apenas produzir lucros para os seus accionistas, acreditamos que as corporações e as empresas têm papéis significativos a desempenhar na promoção da saúde e bem-estar social e económico da sociedade.

Apelamos às corporações e empresas para que coloquem as pessoas acima dos lucros e cumpram os mais altos padrões éticos na realização das suas actividades comerciais. Por isso, exortamos os líderes corporativos e os accionistas a cumprir todas as leis, regulamentos e acordos internacionais relacionados com a defesa do meio ambiente, a segurança do local de trabalho e a garantia dos direitos fundamentais.

Lamentamos a longa história de injustiça e de violações de tratados e acordos formais. Consideramos as corporações, empresas e governos responsáveis por quaisquer violações ou infracções dos direitos e terras de indivíduos e comunidades e comprometemo-nos a defender e a trabalhar a bem da justiça.

Recomendamos o investimento socialmente responsável como um mecanismo importante para responsabilizar as empresas pela promoção do bem comum. Por conseguinte, instamos os indivíduos, famílias, congregações e outros organismos da igreja a educar-se sobre a utilização dos seus fundos de investimento e a tirar partido da sua influência económica, mandatando a reorientação dos seus fundos das indústrias que têm um impacto negativo nas pessoas ou no ambiente. Depois de todas as outras vias terem sido esgotadas, outras estratégias eficazes incluem o diálogo directo, acções conjuntas dos accionistas e esforços de boicote e desinvestimento.

A COMUNIDADE SOCIAL

PREFÁCIO

Quando se trata de fé, que coisa viva, criativa, activa, poderosa é! Não pode fazer outra coisa que não seja o bem em todos os momentos. Nunca espera para perguntar se há algum bem que deva ser feito; pelo contrário, antes que a pergunta seja levantada, realizar a acção e continua a realizá-la. [Aquele] que não actua desta forma é uma [pessoa] sem fé.[5]

O evangelho de Cristo não conhece nenhuma religião, a não ser a social; nenhuma santidade, para além da santidade social.[6]

Como metodistas unidos, afirmamos que os seres humanos são feitos para Deus e uns para os outros (Génesis 1:26-27, 31; Filipenses 2:3-8). Vivemos as nossas vidas, crescemos na fé e envolvemo-nos em actos de discipulado e testemunho no contexto de uma variedade de comunidades interligadas, incluindo famílias, escolas, bairros, locais de trabalho e a sociedade em geral.

A igreja é chamada a ser uma comunidade distinta, marcada pela pregação do Evangelho, pelo estudo das Escrituras, pelo partir do pão e pelo testemunho do poder da redenção no meio de um mundo dividido. Respondemos à chamada de Deus no mundo dando testemunho do poder transformador do Evangelho, envolvendo-nos em actos de misericórdia e esforçando-nos por alcançar a justiça e a paz como marcas do Reino vindouro de Deus. Em todos estes esforços, os cristãos são lembrados de que, por mais diversos que sejamos, fazemos todos parte do mesmo corpo sob a soberania de Cristo (1 Coríntios 12:12-31).

A COMUNIDADE ACOLHEDORA

A. A Família

Reconhecemos que as famílias têm uma variedade de tamanhos e formas e reconhecemos o seu papel significativo em nutrir o desenvolvimento físico, moral e espiritual das crianças, dos jovens e dos adultos. A nutrição e o apoio são fundamentais para o bom funcionamento das famílias. Por conseguinte, nós, apelamos a todos os membros da família que se tratem uns aos outros com amor e respeito. Também encorajamos os pais e outros cuidadores a exercer diligência e cuidados adequados, criando os seus filhos de forma a promover o seu crescimento físico, espiritual, emocional e moral.

As crianças são uma dádiva de Deus para serem bem-vindas e recebidas. Lamentamos que, em alguns casos, os pais biológicos não possam ou não queiram cumprir as suas obrigações de cuidar dos filhos. Nestas circunstâncias, aplaudimos a vontade das famílias alargadas e das famílias de acolhimento e pais adoptivos de se tornarem cuidadores primários. Mesmo nestas situações, no entanto, reconhecemos o trauma que pode ser causado pela separação das crianças das suas famílias de origem e exortamos que tais acções sejam tratadas com justiça, sensibilidade e compaixão. Quando apropriado e possível, encorajamos a adopção aberta para que as crianças possam ter conhecimento de todas as informações relevantes para elas, tanto do ponto de vista médico como relacional.

B. As Pessoas Solteiras

Celebramos as contribuições das pessoas solteiras e rejeitamos todas as

[5] Martinho Lutero, Prefácio, *Notas Explanatórias sobre Aos Romanos.*

[6] John Wesley, Prefácio, *Hinos e Poemas Sagrados*.

práticas sociais que discriminem contra elas ou as sujeitem a parcialidades e preconceitos. Respeitamos as decisões das pessoas solteiras em relação ao casamento e afirmamos as muitas formas através das quais estas podem participar na vida familiar e comunitária. Este profundo sentido de respeito estende-se aos pais solteiros. Reconhecemos os encargos e desafios adicionais que a monoparentalidade implica e oferecemos o nosso afecto, apoio e cuidado na realização desta vocação especial.

C. A Sexualidade Humana

Afirmamos a sexualidade humana como um dom sagrado e reconhecemos que a intimidade sexual contribui para promover o bem-estar emocional, espiritual e físico dos indivíduos e para nutrir relações sexuais saudáveis que se baseiam no amor, cuidado e respeito.

A sexualidade humana é uma parte saudável e natural da vida que é expressa de formas maravilhosamente diversas desde o nascimento até à morte. É moldada por uma combinação daquilo que é inato e adquirido: hereditariedade e factores genéticos, por um lado e, desenvolvimento infantil e ambiente, por outro. Além disso, honramos a diversidade de escolhas e vocações em relação à sexualidade, tais como o celibato, o casamento e as pessoas solteiras.

Apoiamos os direitos de todas as pessoas a exercerem o consentimento pessoal nas relações sexuais, a tomarem decisões sobre os seus próprios corpos e a serem apoiadas nessas decisões, a receberem educação sexual abrangente, a serem livres da exploração sexual e da violência e a terem acesso a cuidados de saúde sexual adequados.

D. O Casamento

Dentro da igreja, afirmamos o casamento como uma aliança sagrada para toda a vida que une duas pessoas de fé, um homem adulto e uma mulher de idade de consentimento, ou duas pessoas adultas em idade de consentimento.

Embora a Igreja Metodista Unida não reconheça o casamento como um sacramento, celebramos e valorizamos esta união como uma expressão da fé do casal, fundamentada na sua relação com Deus e entre si. O casamento reflecte assim uma vontade contínua de crescer juntos em Cristo e um compromisso para cultivar um vínculo de aliança que engloba intimidade, graça e amor.

Como membros da sociedade em geral, afirmamos também a importância do casamento civil, o reconhecimento legal das uniões domésticas pelo Estado. Esse reconhecimento legal é vital para garantir a estabilidade familiar e a regulamentação ordenada das heranças, assim como para garantir que os cônjuges e filhos disponham de todos os direitos, benefícios e protecções a que têm direito.

1. O Casamento Infantil

Rejeitamos as relações conjugais com crianças e jovens com menos de 18 anos de idade, mesmo em locais onde essas relações são culturalmente ou legalmente permitidas. Os casamentos infantis e as actividades sexuais prematuras perturbam o curso normal do desenvolvimento emocional, biológico e social das crianças menores. Para raparigas com menos de 18 anos de idade, em particular, as actividades sexuais prematuras - e as gravidezes resultantes dessas actividades - podem danificar permanentemente os órgãos internos, causar problemas médicos ao longo da vida e impedir outras oportunidades nas suas vidas. Esperar até uma

idade mais apropriada para casar oferece melhores oportunidades para as crianças e os jovens crescerem, chegarem a uma idade adulta saudável e passarem a ser membros contribuintes da sociedade. Consequentemente, acreditamos que os jovens devem ser maiores de idade para dar o seu consentimento antes de se casarem.

2. A Poligamia

Não podemos apoiar a prática da poligamia, que implica viver em relação com múltiplos cônjuges. No entanto, reconhecemos que a dissolução forçada de tais relações apresenta problemas significativos. Com demasiada frequência, as mulheres e as crianças forçadas a abandonar as relações polígamas são lançadas numa pobreza abjecta e sem meios de subsistência.

Por conseguinte, nós, exortamos os líderes da igreja, quando tratam da dissolução de relações polígamas, a proceder com o maior cuidado e a dar prioridade a considerações relacionadas com a saúde e o bem-estar contínuos das mulheres e crianças dependentes.

Rejeitamos as tentativas de ostracizar as famílias que estão ou estiveram em relações polígamas, especialmente as mulheres e as crianças ou negar-lhes o acesso aos ministérios da igreja, incluindo a participação nos sacramentos. Em vez disso, exortamos os pastores e as congregações a dar as mesmas boas-vindas e hospitalidade a todos os(as) que delas necessitam.

3. O Divórcio

Reconhecemos que o divórcio pode tornar-se uma alternativa lamentável, mas necessária, quando as relações conjugais são irreparavelmente tensas ou se tornam destrutivas ou quando os cônjuges se tornam irrevogavelmente afastados. Em tais casos, aconselhamos os casais a procurar aconselhamento adequado e, se os processos de divórcio se tornarem inevitáveis, a realizá-los de uma forma que minimize os impactos prejudiciais sobre todos os membros da família.

A fidelidade à aliança do casamento não exige que os cônjuges permaneçam numa relação física ou mentalmente abusiva. Não apoiamos os esforços para recusar os ministérios da igreja a pessoas divorciadas ou para lhes negar oportunidades de liderança na igreja, quer sejam clérigos ou leigos. Instamos os pastores e as congregações a providenciar ministérios e programas que apoiem as pessoas divorciadas na superação dos estigmas sociais e religiosos que muitas vezes enfrentam. O divórcio não exclui um novo casamento.

OUTROS PROBLEMAS E QUESTÕES DE NATUREZA SOCIAL

A. O Abuso de Substâncias, o Álcool e o Tabaco

O abuso de substâncias refere-se tanto aos efeitos psicológicos e fisiológicos devastadores da dependência como às consequências sociais mais amplas do abuso. Ao responder às realidades generalizadas dos distúrbios por abuso de substâncias, começamos com o reconhecimento dos impactos devastadores da dependência e do uso indevido e abuso de substâncias legais e ilegais na vida dos utilizadores individuais, das famílias alargadas e de comunidades inteiras.

Em muitas partes do mundo, o abuso de opiáceos e outras substâncias atingiu proporções de crise. A igreja apoia programas e políticas que abordam de forma abrangente as causas e curas dos vícios debilitantes. Apelamos à sociedade para que se abstenha de

julgar as pessoas que são viciadas e aos governos a todos os níveis para fornecer recursos proporcionais à amplitude do problema.

Em reconhecimento da devastação que o abuso de substâncias tem causado aos indivíduos, famílias e comunidades inteiras, instamos os metodistas unidos a absterem-se do uso de quaisquer intoxicantes, drogas ou outras substâncias lícitas ou ilícitas que promovam a dependência, prejudiquem as faculdades mentais e as capacidades físicas e resultem em danos duradouros para os indivíduos, famílias e comunidades.

Relativamente ao consumo de álcool, reconhecemos a histórica posição metodista unida sobre a abstinência como salvaguarda contra os danos mentais, físicos e espirituais causados pelo consumo excessivo do álcool. Consequentemente, instamos aqueles que optam por consumir bebidas alcoólicas, incluindo o vinho e a cerveja, a fazê-lo com sensatez e moderação. Outra consideração importante é o impacto de tais acções sobre aqueles que lutam para recuperar do uso e abuso do álcool.

Devido à crescente evidência médica sobre a natureza altamente viciante e as graves consequências para a saúde da ingestão ou inalação directa ou indirecta de nicotina e outras substâncias químicas encontradas nos produtos do tabaco comercial, a igreja recomenda a abstinência total. Ao fazer esta recomendação, reconhecemos as dificuldades em ultrapassar a dependência da nicotina e exortamos as congregações a encontrar formas de dar apoio significativo àqueles que decidem deixar de usar a nicotina.

B. O *Bullying* ou Intimidação e Outras Formas de Violência

Condenamos todas as formas de *bullying*, que consiste em comportamentos indesejados e agressivos para com crianças, jovens e adultos, incluindo provocações verbais, violência física, manipulação emocional e intimidação social. Quando especificamente dirigido a crianças e jovens, o bullying atrofia o desenvolvimento emocional e intelectual e transforma escolas, bairros e ambientes virtuais ou online em ambientes perigosos e inseguros. O *bullying*, frequentemente, tem efeitos traumáticos de longo prazo sobre o bem-estar mental, físico e emocional das suas vítimas. Apoiamos a promulgação de políticas destinadas a proteger as crianças, os jovens e os adultos contra o *bullying*. Em situações envolvendo crianças e jovens de menor idade, apelamos para o desenvolvimento e a implementação de políticas *anti-bullying* que tenham em consideração os processos maturacionais contínuos tanto das vítimas como dos perpetradores do *bullying*.

C. O Colonialismo, o Neocolonialismo e as suas Consequências

Reconhecemos que os confusos e complexos legados do colonialismo e do neocolonialismo pairam fortemente sobre o grupo mundial dos metodistas unidos. O colonialismo refere-se à prática de estabelecer o controlo total ou parcial de outros países, tribos e povos através da conquista e exploração. O neocolonialismo continua o legado histórico do colonialismo ao manter o controlo económico, político e social das nações e povos anteriormente colonizados.

Alguns de nós pertencem a países e grupos que beneficiaram ricamente da subjugação de populações inteiras e da apropriação de terras e outros recursos. Outros de nós vivem em países ou fazem parte de comunidades que continuam a lutar contra a história em curso e os impactos de todas as formas de colonialismo, incluindo a instabilidade social, económica e política; a desnutrição generalizada; o analfabetismo; as doenças; e as infracções contínuas em terras indígenas e tribais.

Reconhecemos que, longe de ser espectadora inocente, a Igreja tem estado

frequentemente envolvida a fundo no colonialismo e no neocolonialismo. Por conseguinte, nós, apelamos aos indivíduos e às congregações para se educarem sobre os legados preocupantes do colonialismo e, quando apropriado, para procurarem o arrependimento para o nosso envolvimento continuado. Instamos os metodistas unidos a encontrar formas de apoiar aqueles que ainda sofrem de legados coloniais, incluindo actos tangíveis de reparação e apoio activo para iniciativas de desenvolvimento sustentável.

D. A Morte com Dignidade

Reconhecemos que toda vida mortal termina na morte e afirmamos que o amor e o cuidado permanente de Deus permanecem connosco na transição da vida para a morte e para uma vida maior. Estas afirmações, juntamente com o nosso compromisso expresso com o valor sagrado de cada ser humano, levam-nos a insistir para que os indivíduos sejam tratados com dignidade e respeito enquanto passam pelo processo da morte.

Esta ênfase na morte com dignidade significa que as escolhas dos indivíduos e das famílias devem ser ouvidas e respeitadas, o uso da tecnologia médica deve ser medido e apropriado e qualquer dor e sofrimento desnecessários devem ser minimizados. Afirmamos o direito das pessoas, durante o processo de morrer, de participar activamente no processo de tomada de decisão. Como comunidades de fé, somos chamados a apoiar indivíduos e famílias que enfrentam as realidades do sofrimento e da morte. De forma sensível e atenciosa, damos testemunho do amor e da graça duradouros de Deus, mesmo quando não podem ser sentidos ou experimentados de uma forma imediata.

1. Os Cuidados Dedicados a Pessoas à Beira da Morte

A nossa abordagem à morte e ao morrer é enquadrada pela nossa crença na dignidade inerente e no valor dos seres humanos, pela nossa preocupação pela autonomia do paciente e pela afirmação de que as nossas vidas, em última análise, pertencem a Deus. Dentro desta estrutura, apoiamos fortemente os esforços para capacitar os doentes e os seus entes queridos a tomar decisões informadas sobre o tratamento continuado ou decisões de fim de vida que sejam compatíveis com os estatutos legais aplicáveis e os protocolos e padrões médicos estabelecidos.

Essa tomada de decisão informada pode levar os doentes e os seus entes queridos a optar por continuar os tratamentos que prometem melhorias significativas na saúde ou uma melhor qualidade de vida. Por outro lado, tais decisões podem também levar os doentes ou os seus entes queridos a interromper intervenções médicas que deixem de ter benefícios substanciais.

Afirmamos os benefícios dos cuidados paliativos nos casos em que é tomada a decisão de interromper outros tratamentos. Os cuidados paliativos sublinham a importância de proporcionar aos doentes o maior conforto possível, minimizando a dor e o sofrimento e, permitindo que o processo de morrer prossiga sem impedimentos. Apoiamos também a criação de directivas médicas avançadas, que expressem claramente as preferências dos pacientes caso se tornem incapacitados e incapazes de informar os seus médicos.

2. A Eutanásia e o Suicídio

A nossa convicção de que a vida é um dom sagrado, juntamente com questões persistentes e preocupações sobre potenciais abusos, levam-nos, como igreja, a opormo-nos tanto à eutanásia como ao suicídio, enquanto continuamos

os nossos ministérios de misericórdia com as famílias que são afectadas por tais acções. A eutanásia, também conhecida como morte por misericórdia e suicídio dirigido ou assistido por médicos, ocorre quando médicos ou outros profissionais de saúde disponibilizam doses letais de medicamentos a doentes terminais, ou, em alguns casos, administram ou supervisionam directamente a tomada de tais medicamentos.

O suicídio refere-se mais geralmente a acções tomadas por indivíduos para acabar com a sua própria vida. As motivações para o suicídio muitas vezes envolvem depressão e outras formas de doença mental, incluindo o abuso de substâncias. Em todo o mundo, tentativas de suicídio ocorrem muitas vezes após crises pessoais ou familiares significativas, incluindo a perda de meios de subsistência, a migração e o deslocamento forçados, a opressão cultural e a exposição prolongada ao bullying e a outros actos de violência.

Embora a eutanásia ou o suicídio não possam ser tolerados, nós confessamos, humildemente, a inadequação da compreensão e da resposta da igreja. Exortamos as congregações a educarem-se sobre o complexo conjunto de motivações e factores subjacentes a estas práticas. Reconhecendo que o julgamento final está nas mãos de Deus e não nas nossas, rejeitamos as tentativas de negar os ministérios e serviços da igreja àqueles que morrem por eutanásia ou suicídio ou às suas famílias enlutadas e outros entes queridos.

Acreditamos que o suicídio não impede as pessoas de receberem a graça de Deus, que é o todo necessário. Exortamos os pastores e as congregações locais a estabelecerem protocolos apropriados para a resposta a conceder às pessoas que consideram o suicídio e aos sobreviventes das tentativas de suicídio. Tais protocolos devem incluir referências a conselheiros experientes ou a profissionais médicos. Em vez de ostracizar ou condenar os sobreviventes ou membros da família afectados pelo suicídio, instamos os pastores e as congregações a fornecerem compaixão e apoio a estas pessoas.

E. Os Jogos de Fortuna ou Azar

Rejeitamos a prática dos jogos de fortuna ou azar porque concentra a atenção da sociedade na aquisição de bens monetários com exclusão de tudo o resto e enriquece uma pequena minoria à custa da maioria mais alargada. Para demasiadas pessoas, o jogo torna-se uma prática devastadora e viciante que põe em risco o bem-estar económico tanto dos jogadores como das suas famílias.

Reconhecemos que em alguns locais, a First Nation, os índios americanos e os povos aborígenes abriram casinos e estabelecimentos de jogo como um acto de autodeterminação e um passo crucial para a sobrevivência económica. Em vez de condenar tais acções, reconhecemos que o papel da igreja é encorajar o diálogo e a educação relativamente às esperanças e aspirações destas comunidades e desenvolver uma compreensão mais profunda das suas histórias e das suas lutas contínuas pela autodeterminação e pela sobrevivência.

Prometemos trabalhar para a erradicação da pobreza e uma distribuição mais equitativa dos benefícios financeiros como uma estratégia construtiva para reduzir o apelo financeiro do jogo organizado que inclui lotarias, casinos e jogos de azar online.

F. A Igualdade de Género e a Diversidade

Apoiamos tanto a igualdade de género como a diversidade de género como objectivos importantes para assegurar que as aspirações das mulheres e das raparigas sejam levadas a sério e garantir que os cargos remunerados e as oportunidades de liderança sejam distribuídos equitativamente por todos. Condenamos a persistência do sexismo e da misoginia na igreja através das suas práticas e ensinamentos teológicos, assim como na sociedade em geral. Lamentamos que tais preconceitos tenham levado demasiadas vezes à denigração e demissão da liderança e participação das mulheres.

Consequentemente, rejeitamos quaisquer crenças, políticas ou práticas que considerem as mulheres e os homens como desiguais em contextos religiosos ou seculares. Exortamos as congregações, os pastores, as juntas de ministérios ordenados, os bispos e outros oficiais da igreja a implementar esforços concretos para alimentar e promover a liderança de todas as pessoas, independentemente do género. Instamos também os governos, as empresas e a sociedade civil a promulgar leis e políticas para garantir que todos os membros da sociedade tenham acesso, oportunidades e protecções iguais.

G. Os Meios de Comunicação Social e as Tecnologias da Comunicação

Apoiamos a liberdade de expressão pública, que engloba a liberdade de imprensa e o direito de todos os membros da sociedade a partilharem as suas perspectivas e opiniões. Também insistimos que todas as empresas de meios de comunicação social operem com civilidade e respeito e sigam os padrões jornalísticos estabelecidos. Afirmamos os papéis positivos que os meios de comunicação social ("media") e as tecnologias de comunicação desempenham na educação do público em geral, responsabilizando o governo e outros líderes sociais e promovendo o bem comum.

Estamos preocupados com os monopólios dos meios de comunicação social e com a tendência do controlo dos meios de comunicação social ficar nas mãos de algumas grandes corporações e incentivamos as pessoas, as comunidades e os governos a serem vigilantes na aplicação de políticas antitrust.

Também reconhecemos que, como qualquer outro esforço humano, os meios de comunicação social podem ser usados por pessoas sem escrúpulos para manipular opiniões públicas, distorcer factos e espalhar a desinformação, a hostilidade e o medo. Deploramos a proliferação do discurso de ódio nas redes sociais, nas notícias transmitidas e impressas e noutras plataformas e apelamos aos cidadãos e aos reguladores para que façam tudo o que estiver ao seu alcance para o eliminar. Também encorajamos os indivíduos a ter cuidado ao expressarem as suas opiniões nas redes sociais, reconhecendo a necessidade de compaixão e o mal que pode ser feito aos outros quando tal compaixão faltar.

Além disso, os meios de comunicação social e outras tecnologias de comunicação carecem de representação adequada ou diversa das comunidades marginalizadas, incluindo mulheres, grupos étnicos, pessoas com deficiência, pessoas empobrecidas e outros. Acreditamos que os meios de comunicação social e as tecnologias de comunicação devem ser abertas e acessíveis a todos, promover normas que promovam a civilidade e o respeito e proteger a dignidade e o valor de todas as pessoas, incluindo as mais vulneráveis da sociedade.

H. A Pornografia

Opomo-nos fortemente à pornografia e lamentamos o seu impacto destrutivo sobre culturas, famílias e indivíduos. A pornografia é uma afronta à nossa profunda convicção

de que a sexualidade humana é um dom precioso de Deus. A questão da pornografia é uma questão que tem tido um impacto dramático em muitas pessoas, tanto dentro como fora da igreja a nível mundial. Embora imagens gráficas estejam disponíveis há séculos, a prevalência e a disponibilidade generalizada de materiais sexualmente explícitos e agressivos hoje em dia têm tido como consequência um problema crescente de dependência para muitos, incluindo jovens que atingiram a maioridade com a Internet nas suas casas e em dispositivos móveis. Apelamos a todos os metodistas unidos para que apoiem acções para desenvolver políticas sociais e governamentais eficazes para erradicar a pornografia infantil, bem como a exploração e a escravidão de adultos. Apelamos ainda à igreja para que ofereça apoio não crítico, reabilitação e cuidados àqueles que foram afectados pelo impacto nocivo da pornografia nas suas vidas.

I. A Experimentação Médica e a Investigação

Apoiamos a experimentação médica e os procedimentos de investigação que tenham a possibilidade de erradicar doenças e afecções e/ou alargar e melhorar a qualidade de vida dos seres humanos. Insistimos em que a experimentação médica, incluindo a engenharia genética, seja realizada dentro dos parâmetros bioéticos estabelecidos. Estes parâmetros, que derivam da responsabilidade do médico de não fazer mal, incluem garantias de autonomia do paciente e consentimento informado; garantias de que os benefícios e riscos da experimentação médica são distribuídos equitativamente entre vários grupos sociais; a promessa de benefícios significativos para os pacientes envolvidos em tais experimentações; e, em menor grau, a oportunidade de avançar significativamente no campo médico.

Defendemos a supervisão meticulosa de todas as formas de experimentação médica para garantir a aplicação dos mais elevados parâmetros éticos. Encorajamos uma forte cooperação entre governos, instituições académicas, investigadores corporativos e a profissão médica para aplicar as normas de investigação médica prevalecentes. Além disso, insistimos na devida diligência para garantir que as pessoas que vivem na pobreza, incluindo aquelas que se encontram em países em vias de desenvolvimento e sociedades menos afluentes, não estejam sobre-representadas nem sub-representadas em estudos médicos e, depois, não lhes sejam negados os benefícios derivados dos estudos.

J. A Doação e o Transplante de Órgãos

Apoiamos fortemente a doação de órgãos como uma expressão da admoestação de Cristo para amar o próximo. Uma escassez mundial de órgãos transplantáveis significa que centenas de milhares de crianças, mulheres e homens estão sujeitos a um sofrimento e dor desnecessários e a uma morte prematura. À luz disto, os metodistas unidos que estão dispostos e são capazes de participar são encorajados a, voluntariamente, dar o nome para registos de doação de órgãos.

Acreditamos que todas as doações devem ser voluntárias e devem ser realizadas em ambientes médicos seguros e protegidos, nos quais a saúde, o bem-estar e a privacidade dos doadores e receptores sejam protegidos. Além disso, consideramos que a compra e venda de órgãos e sangue, incluindo os obtidos através de roubo e coacção, são violações profundas da dignidade inerente à vida humana e dos preceitos morais que ditam que os seres humanos sejam tratados como mercadorias.

Instamos os governos e as organizações médicas a adoptarem leis e políticas que promovam a doação de órgãos, protegendo simultaneamente as populações vulneráveis de práticas abusivas e assegurando que os órgãos transplantáveis sejam distribuídos

equitativamente, independentemente da posição social do eventual receptor.

K. A Saúde Reprodutiva e o Aborto

Apoiamos a oferta de educação sobre a saúde sexual, não só abrangente, mas apropriada à idade, assim como o acesso à contracepção contínuo, eficaz e a preços acessíveis. Também afirmamos ministérios e iniciativas que visam promover a saúde reprodutiva e melhorar a qualidade de vida das mulheres e das raparigas. Devido aos perigos e riscos envolvidos na maternidade, acreditamos que as mulheres e as raparigas devem ter acesso consistente aos cuidados ginecológicos. Por conseguinte, instamos os governos, as empresas, as igrejas e outras instituições cívicas a considerar o acesso à educação preventiva, a exames médicos, ao tratamento e ao aconselhamento como prioridades mais importantes para as mulheres e as raparigas em idade fértil.

O nosso compromisso para com a santidade da vida humana torna-nos relutantes em relação a tolerar o aborto. Rejeitamo-lo incondicionalmente como um meio aceitável de controlo de natalidade ou um mecanismo de selecção de género e outras formas de eugenia. Apoiamos medidas que exijam a notificação e o consentimento dos pais, tutores ou outros adultos responsáveis antes de os abortos poderem ser realizados em raparigas que ainda não tenham atingido a idade adulta legal, excepto em casos de alegado incesto.

Opomo-nos ao aborto tardio ou parcial, um processo também conhecido como dilatação e extracção. Apelamos para o fim desta prática, excepto quando a vida da mãe está em perigo, quando não são possíveis outros tratamentos médicos ou quando anomalias graves ameaçam a viabilidade do feto. Reconhecemos que estes e outros conflitos trágicos da existência em relação à vida podem justificar decisões para terminar a vida de um feto. Nessas circunstâncias limitadas, apoiamos a opção legal do aborto e insistimos em que esses procedimentos sejam realizados por profissionais médicos treinados em ambientes limpos e seguros.

Instamos todos aqueles que consideram abortos a procurar aconselhamento médico adequado e aconselhamento pastoral e a empenhar-se em procurar em oração, através de perguntas e consultas sobre outras alternativas, tais como entregar os bebés para adopção. Oramos por aqueles que enfrentam gravidezes indesejadas e oferecemos as nossas orações e apoio na tentativa de discernir a vontade de Deus e procurar a sabedoria e orientação de Deus. Independentemente das circunstâncias em que alguém possa fazer um aborto, não toleramos o bullying nem humilhar ou envergonhar as pessoas pelas suas decisões ou acções.

Reconhecemos que as mulheres jovens em idade fértil frequentemente comunicam que não têm capacidade para fazer escolhas de vida significativas e informadas nem para exercer um controlo concreto sobre as suas próprias vidas. Desafiamos pastores, congregações, ministérios de campus universitários e outros a estar na vanguarda dos esforços para capacitar estas jovens mulheres. Além disso, apoiamos centros de recursos que oferecem cuidados compassivos e ajudam as mulheres a explorar alternativas ao aborto.

Reconhecemos que o acesso a serviços de saúde reprodutiva é muitas vezes limitado por factores económicos. As mulheres que vivem na pobreza são muitas vezes incapazes de fazer escolhas sobre quando engravidar ou sobre o número de filhos a ter nas suas famílias. Também não têm acesso a cuidados pré-natais e pós-natais seguros. Essa falta de serviços perpetua ciclos de pobreza, restringindo a capacidade das mulheres para participar na força de trabalho e aumentando a pressão sobre os escassos recursos familiares. Apoiamos políticas e programas que alargam os serviços de saúde reprodutiva às mulheres em áreas economicamente desfavorecidas.

Apoiamos a utilização de uma variedade de estratégias reprodutivas para aqueles

que desejam ter filhos, incluindo tratamentos de fertilidade, fertilização in vitro (FIV), doação de embriões ou esperma, gestação de substituição e outros. Acreditamos que a decisão de usar alternativas em relação à reprodução deve ser deixada àqueles que consideram a utilização dessas opções, em consulta com os seus prestadores de cuidados de saúde. Em todos os casos, a utilização de alternativas em relação à reprodução deve estar em conformidade com os mais altos padrões éticos, priorizando a saúde e o bem-estar, tanto das mulheres como das crianças.

L. O Racismo, o Etnocentrismo e o Tribalismo

Condenamos o racismo, o etnocentrismo, o tribalismo e qualquer ideologia ou prática social baseada em crenças ou ideologias falsas e enganosas de que um grupo de seres humanos é superior a todos os outros grupos de seres humanos. Além disso, rejeitamos totalmente leis, políticas e práticas sociais que marginalizam, discriminam e/ou incentivam o uso de violência contra indivíduos, comunidades ou outros grupos sociais com base em diferenças raciais, étnicas ou tribais observadas.

Apelamos às congregações e aos pastores, aos bispos e a outras autoridades da igreja para se educarem sobre as causas profundas e as manifestações de racismo, etnocentrismo e tribalismo nas comunidades de fé e para desenvolverem estratégias para ultrapassar estes tipos de divisões sociais. Da mesma forma, exortamos os governos, as empresas e as organizações da sociedade civil a renunciar a declarações, políticas e acções que visem promover a exclusão, a discriminação e a violência.

M. O Assédio, o Abuso e a Agressão de Natureza Sexual

Reconhecendo o valor inerente e a dignidade de todas as pessoas, condenamos o assédio sexual, o abuso e a agressão de natureza sexual e consideramo-los como graves violações das normas de comportamento estabelecidas dentro da igreja, assim como da nossa sociedade em geral. O assédio sexual inclui observações sexuais indesejadas e inapropriadas, observações com base no género ou propostas físicas inoportunas feitas em locais de trabalho, ambientes profissionais ou situações sociais.

O abuso sexual ou a molestação sexual implicam uma actividade sexual indesejada perpetrada através do uso da força ou de ameaças ou o aproveitar-se daqueles que são incapazes de dar consentimento ou daqueles que se encontram em situações vulneráveis com desigualdade de poder. A agressão sexual inclui todas as ameaças e formas de contacto sexual forçado ou danos corporais, incluindo a violação. Deploramos particularmente a exploração sexual de crianças e jovens e reconhecemos que qualquer abuso sexual é especialmente odioso e prejudicial quando ocorre no contexto da igreja.

Incitamos os pastores, as congregações e outros organismos da igreja a adoptar políticas e práticas claras para evitar ou resolver casos de assédio sexual. Estas políticas e práticas devem incluir formação obrigatória para todo o pessoal do clero e da igreja, directrizes impressas sobre o que constitui assédio sexual, um método de denúncia seguro e confidencial e um processo claro para a resolução de queixas de agravos, incluindo penalizações progressivas que terminam com a demissão de abusadores ou agressores reincidentes que não corrijam o seu comportamento.

Defendemos o desenvolvimento e a implementação de políticas e práticas abrangentes em relação a casos de suspeita de abuso e agressão de natureza sexual, especialmente quando esses casos envolvem crianças menores ou outras incapazes de dar o seu consentimento. Mesmo relatórios não fundamentados de agressão ou abuso devem ser investigados imediatamente. Além disso, exortamos os pastores e as congregações a cumprir integralmente quaisquer estatutos legais que regulem essas questões e a estar cientes de quaisquer obrigações legais como um declarante mandatado.

A COMUNIDADE POLÍTICA

PREFÁCIO

"O amor é o cumprimento da lei, o fim do mandamento". Dizem-se coisas muito excelentes sobre o amor; é a essência, o espírito, a vida de toda virtude. Não é só o primeiro e grande mandamento, mas todos os mandamentos em um só. "Tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável", ou honorável; "se há alguma virtude, se há algum louvor", todos estão compreendidos nesta única palavra, -amor.[7]

O nosso envolvimento nos sistemas políticos está enraizado no imperativo evangélico de amar o próximo, de fazer justiça e de cuidar dos vulneráveis. Como metodistas unidos, reconhecemos que o amor requer uma acção política responsável e um compromisso visando a melhoria da sociedade e a promoção do bem comum. Reconhecemos que esse compromisso político exige humildade e atenção à nossa própria cumplicidade na perpetuação da injustiça. Também requer compaixão, oração e vontade de discernir a orientação de Deus.

Acreditamos no valor inerente de todas as pessoas, que é estabelecido através do acto de criação de Deus cheio de graça e mais plenamente revelado no poder da vida, morte e ressurreição de Jesus. A compreensão de que as pessoas são criadas à imagem de Deus é um tema central nos ensinamentos de John Wesley.

Acreditamos ainda que Deus chama todos os membros da família humana a reconhecer e a proteger a dignidade e o valor de todas as pessoas e a trabalhar para o bem-estar de toda a criação de Deus. Por conseguinte, apoiamos estruturas na igreja e na sociedade civil que honram as liberdades e os direitos fundamentais de todos os seres humanos e protegem a criação de Deus. Em particular, afirmamos o importante trabalho das Nações Unidas na promoção da paz e da segurança, defendendo a dignidade humana e os direitos humanos e defendendo o desenvolvimento sustentável.

AS RESPONSABILIDADES DOS GOVERNOS

A. A Igreja e os Governos

Afirmamos que tanto a igreja como o estado têm papéis vitais e distintos a desempenhar em relação à sociedade em geral. Embora as relações formais entre as comunidades religiosas e os governos variem de país para país, geralmente afirmamos a independência e a integridade de ambas as instituições e defendemos uma relação de respeito mútuo em que nenhuma instituição procura dominar ou influenciar indevidamente a outra.

Afirmamos que todas as formas de governo estão sob o julgamento de Deus e, portanto, devem ser responsabilizadas por proteger os inocentes, garantir as liberdades e os direitos fundamentais, proteger o mundo natural e estabelecer economias justas, equitativas e sustentáveis.

Exortamos as pessoas eleitas ou nomeadas para cargos públicos ou que ocupem outros cargos no governo para actuar como líderes e administradores responsáveis pela autoridade e pelos recursos que lhes são confiados. Apelamos a todos os funcionários do governo para que aspirem aos mais altos padrões de profissionalismo, honestidade e integridade. Além disso, pedimos a todos os governos que adoptem políticas e práticas que

[7] John Wesley, "A Circuncisão do Coração."

garantam a responsabilidade e a transparência na promoção e manutenção da confiança do público.

Rejeitamos o uso governamental de ameaças, extorsão, detenções ilegais, execuções extrajudiciais e outras formas de coacção para silenciar adversários políticos e aqueles que se opõem a políticas e práticas governamentais ilegais ou imorais. De acordo com as leis e decretos internacionais, protestamos veementemente contra o uso de tortura, escravatura, genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de agressão por qualquer governo e apelamos para que sejam impostas as sanções internacionais mais rigorosas em tais casos.

Embora não acreditemos que as igrejas devam afiliar-se a determinados partidos políticos, encorajamos as igrejas a falarem ousadamente sobre questões sociais a partir de uma perspectiva evangélica. Acreditamos ainda que as igrejas têm o direito e a responsabilidade de educar e equipar os seus membros para serem defensores eficazes da justiça em todo o mundo.

B. A Desobediência Civil

Apoiamos aqueles que, agindo sob as restrições da consciência moral ou convicção religiosa e tendo esgotado todas as outras vias legais, se sentem obrigados a desobedecer ou a protestar contra leis injustas ou imorais. Exortamos aqueles que se envolvem em desobediência civil a fazê-lo de forma não-violenta e com respeito pela dignidade e pelo valor de todas as pessoas envolvidas. Também apelamos a todos os órgãos governamentais, especialmente à polícia e a quaisquer outras instituições encarregadas de proteger a segurança pública, para que proporcionem formação adequada e actuem com contenção e de forma a proteger os direitos fundamentais e a evitar danos emocionais ou corporais às pessoas envolvidas na desobediência civil.

C. A Justiça Reparadora

Os Evangelhos dão muito valor à reparação de relações sociais correctas (Mateus 18:15-20). Quando as relações sociais são violadas ou quebradas através de crimes ou transgressões, essa reparação é extremamente importante. Por conseguinte, exortamos os governos a desenvolver sistemas que destaquem a justiça reparadora, que exige que as pessoas que cometeram crimes reparem os seus crimes e permite que as vítimas, se assim o decidirem, comuniquem aos agressores como foram lesadas e afectadas. A justiça reparadora procura priorizar a vítima e família desta. Também procura reparar danos, corrigir erros e ajudar a curar a vítima, o agressor, as famílias e a comunidade.

Exortamos as congregações, os governos e as empresas a apoiarem programas alternos que permitam que aqueles que cometeram delitos recebam aconselhamento, educação, formação de aptidões ou competências, serviço comunitário e outro apoio para os ajudar a passar a ser membros da sociedade que contribuem plenamente. Encorajamos os cidadãos a formar parcerias com o pessoal em matéria de cumprimento da lei nas comunidades locais para criar alternativas às práticas que enfatizam a retribuição em vez da reparação.

D. A Pena de Morte

O nosso compromisso para com a dignidade e o valor inerentes a cada pessoa e a nossa posição histórica como metodistas unidos obriga-nos a opormo-nos à pena capital e à imposição da pena de morte. A pena de morte é uma sentença de execução imposta a um

indivíduo legalmente condenado.

Tragicamente, a pena de morte agrava a perda de vidas humanas com a morte deliberada de outra vida. Além disso, a administração da pena de morte tem um impacto desproporcionado nas pessoas que vivem na pobreza, nas pessoas sem instrução, nas pessoas que vivem em comunidades raciais e étnicas marginalizadas e nas pessoas com deficiências mentais. Além disso, os modernos avanços da tecnologia têm mostrado que um número significativo de pessoas são injustamente condenadas pelos crimes de que foram acusadas. Tais injustiças levam-nos a questionar a aplicação justa da pena de morte e a sua congruência com o direito fundamental a um tratamento justo e igual perante a lei.

Por conseguinte, apelamos para a abolição da pena de morte e exortamos os indivíduos e as congregações a educar-se sobre a posição histórica da Igreja Metodista Unida e dos seus predecessores, especialmente a Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos. Além disso, pedimos aos pastores e congregações que se comprometam a ministrar àqueles que perderam entes queridos por crimes violentos e a apoiar as famílias sem as julgar, enquanto estas navegam as exigências concorrentes de justiça, compaixão e cura.

E. A Justiça Criminal

John Wesley lutou incansavelmente pela melhoria das condições dos prisioneiros. Uma vez, durante um período de nove meses, pregou pelo menos 67 vezes em várias prisões. Lamentou as condições deploráveis em que vivia a maioria dos prisioneiros do seu tempo. Reivindicando este legado, afirmamos o Estado de direito, a garantia das liberdades e dos direitos civis e a igualdade de acesso à justiça para todas as pessoas. Condenamos a aplicação discriminatória ou qualquer abuso do poder por razões de tribo, etnia, língua materna, país de origem, desvantagem económica, género, orientação sexual, deficiência ou estatuto de cidadania. Incentivamos o monitoramento sistémico de preconceitos e descriminações em todos os sistemas de justiça criminal. Apoiamos ainda o acesso a representação legal competente para pessoas que são acusadas e/ou condenadas por actos criminosos.

Acreditamos que os infractores devem ser responsabilizados por acções criminosas, particularmente aquelas que resultam na perda de vidas ou de meios de subsistência e, por isso, apoiamos medidas que previnam, impeçam ou eliminem crimes e afastem ou separem os infractores perigosos. Ao mesmo tempo que insistimos na responsabilização, também estamos comprometidos para com uma sentença justa e proporcional e para com o tratamento humano daqueles que estão presos. Apoiamos fortemente os programas em prisões destinados a promover a reabilitação e a reeducação dos presos. Não acreditamos que as prisões devam ser empresas com fins lucrativos.

Nas nossas comunidades, apoiamos medidas destinadas a combater as causas profundas da criminalidade, incluindo a pobreza e a falta de oportunidades educacionais, actividades recreativas, tratamento e aconselhamento sobre o abuso de substâncias, serviços de saúde mental e formação profissional. Apoiamos iniciativas destinadas a promover interacções positivas entre a aplicação da lei e os membros das comunidades locais. Além disso, encorajamos os esforços para reintegrar as pessoas que foram libertadas da prisão de volta à comunidade, incluindo a oferta de oportunidades de emprego, o restabelecimento dos direitos de voto e, quando apropriado, a eliminação oficial e formal de antecedentes criminais.

Encorajamos as igrejas a estar em ministério com aqueles que estão encarcerados, defendendo os direitos destas pessoas e também a reforma da justiça criminal. Como pessoas perdoadas, os cristãos devem combater o estigma muitas vezes associado às pessoas que

estiveram na prisão. Aplaudimos o envolvimento de muitos metodistas unidos em ministérios de prisão centrados no culto, na educação e na reabilitação.

F. A Guerra e o Serviço Militar

A igreja deplora a guerra e todas as outras formas de conflito violento e apela à resolução pacífica de todas as disputas. Ansiamos pelo dia em que não haverá mais guerra e as pessoas viverão umas com as outras em paz e justiça.

Rejeitamos o recurso à guerra como instrumento de política externa e insistimos na exaustão de todos os meios de resolução pacífica e diplomática antes do início dos conflitos armados. Do mesmo modo, opomo-nos à crescente dependência de ataques preventivos, a menos que se possa demonstrar claramente que são proporcionais em resposta, delimitados em baixas humanas e empreendidos em resposta a ameaças claras e imediatas a vidas humanas. Lamentamos que, num mundo em que tantos vivem na pobreza, os governos continuem a dedicar enormes recursos a preparar e a entrar em guerras. Sentimo-nos especialmente angustiados com a proliferação de armas nucleares e pedimos não só o fim da sua produção, mas também a sua completa eliminação.

Os cristãos têm-se debatido com a questão da guerra desde os tempos de Jesus. Alguns cristãos têm argumentado historicamente que a guerra e outros actos de violência nunca são aceitáveis, enquanto outros têm afirmado que às vezes é necessário pegar em armas em autodefesa ou defender os inocentes e evitar agressões, tirania e genocídio descontrolados.

Instamos todos os metodistas unidos a examinarem as suas próprias consciências e a procurarem seriamente a orientação de Deus quando se trata de questões de serviço militar. Honramos e oferecemos apoio àqueles que escolhem o serviço militar como resultado de convicção pessoal e apelamos a que cumpram os seus deveres em harmonia com os princípios da fé cristã e de acordo com as leis das Convenções de Genebra.

Também honramos e apoiamos o testemunho de pacifistas cujas consciências e convicções religiosas os impedem de servir no exército ou os limitam a assumir papéis não-combatentes. As raízes dessas convicções pacifistas estão bem estabelecidas nas posições históricas da Igreja Metodista Unida e dos seus antecessores. Opomo-nos ao serviço militar obrigatório e instamos os governos a abolir esta prática e, em vez disso, a permitir que aqueles que optam por não servir nas forças armadas completem os termos do serviço comunitário ou contribuam de outras formas criativas.

Como igreja, comprometemo-nos a apoiar todas as pessoas enquanto estas discernem como melhor modelar o exemplo não-violento de Jesus. A igreja apoia e orienta aqueles que servem nas forças armadas; aqueles que são objectores de consciência; os veteranos de guerras que vivem com lesões físicas, psicológicas, espirituais e morais; e as famílias de pessoas afectadas pelo serviço militar. Exortamos a igreja a cuidar e a trabalhar pela justiça sistémica para todas as pessoas afectadas pela guerra, e a defender a pacificação e a transformação não violenta de conflitos em conflitos globais e locais.

OS DIREITOS E AS LIBERDADES FUNDAMENTAIS

Declaramos que todos os indivíduos, independentemente das suas circunstâncias ou posição social, têm direito a direitos humanos e liberdades fundamentais. Estes direitos estão fundamentados no acto da criação de Deus cheio de graça (Génesis 1:27) e são totalmente revelados na encarnação do amor divino de Jesus. Como igreja, trabalharemos

para proteger estes direitos e liberdades dentro da igreja e para reformar as estruturas da sociedade para garantir que todos os seres humanos possam prosperar.

Conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e noutros tratados internacionais importantes, os direitos e liberdades fundamentais incluem o direito à vida, liberdade e segurança, bem como à igualdade de tratamento perante a lei e à liberdade da detenção ilegal. As liberdades adicionais incluem os direitos a julgamento justo, privacidade, reunião pública, liberdade de expressão, democracia, alimentação e abrigo. Além disso, os trabalhadores têm o direito de participar em acordos colectivos, receber remuneração justa e trabalhar em ambientes seguros e saudáveis.

Os direitos geram responsabilidades. Instamos os indivíduos, as congregações e outros organismos da igreja a defender vigorosamente não só os seus próprios direitos, mas também os direitos daqueles que não têm voz ou cujas vozes não são ouvidas na sociedade. Os governos devem ser responsabilizados por garantir os direitos humanos e as liberdades; essas responsabilidades incluem assegurar que todas as pessoas tenham acesso a uma educação acessível e de alta qualidade, independentemente da idade, género, etnia, estatuto económico ou qualquer outro marcador de divisão.

Condenamos todas as tentativas de negar aos indivíduos os seus direitos ou liberdades fundamentais ou de privar os seres humanos da sua dignidade e valor inerentes. Por conseguinte, rejeitamos dentro da igreja e da sociedade em geral qualquer acto de discriminação, ódio ou violência dirigido contra indivíduos ou grupos com base na nacionalidade de origem, filiação tribal, etnia, idade, identidade de género, situação de deficiência, condição económica, orientação sexual, filiação religiosa ou outros factores. Adicionalmente, face aos erros históricos perpetrados contra os povos autóctones, povos africanos escravizados e outros grupos marginalizados, apelamos à confissão directa e ao arrependimento, bem como a actos concretos de reparação para corrigir formas passadas e presentes de injustiça social.

A. Assistência Médica

Afirmamos os cuidados de saúde ou assistência médica como um direito humano fundamental e comprometemo-nos a trabalhar a bem de um acesso alargado a todas as formas de tratamento médico, incluindo cuidados preventivos, terapêuticos e paliativos. Metade da população mundial não tem acesso a cuidados de saúde e um número crescente de pessoas que têm acesso enfrentam despesas médicas acrescidas para si próprias ou para os seus entes queridos, levando-as à pobreza. Para enfrentar estas dolorosas realidades, exortamos os metodistas unidos a unir esforços que visem a criação de sistemas que proporcionem uma protecção de saúde abrangente para todos. Além disso, acreditamos que todos têm direito a condições de vida decentes, incluindo alimentação e água adequadas, habitação segura e um ambiente saudável.

Os cuidados de saúde como um direito humano também significam que as clínicas, os hospitais e os serviços e tratamentos médicos devem ser acessíveis, económicos e de boa qualidade. Devem também estar disponíveis quando e onde forem necessários e ser prestados numa base equitativa. Apelamos aos governos, empresas, igrejas e instituições da sociedade civil para que trabalhem em cooperação para garantir que todos os seres humanos tenham acesso a serviços e tratamentos médicos.

Além disso, apelamos aos governos nacionais e às organizações internacionais de saúde e grupos médicos para que trabalhem de forma cooperativa e expedita para enfrentar pandemias globais como o VIH/SIDA, bem como surtos de doenças contagiosas

que ameaçam a saúde e o bem-estar de regiões e países inteiros. Como igreja, apoiamos outras medidas e iniciativas para melhorar a saúde humana, incluindo investimentos em cuidados preventivos, boa nutrição, investigação contínua na prevenção e tratamento de doenças infecciosas, saúde pré-natal e pós-natal e tratamento do abuso de substâncias quando solicitado. Louvamos as igrejas que estão envolvidas em ministérios de cuidados de saúde baseados na comunidade.

B. As Crianças e os Jovens

Apelamos à igreja e à sociedade para que apoiem e defendam o bem-estar de todas as crianças e jovens com vista à sua segurança, nutrição, acção, educação e participação na vida da igreja e da comunidade. Condenamos práticas destrutivas de negligência, abuso, rapto, exploração, tráfico humano, uso de crianças em conflitos armados e prisão. Reconhecemos que os perpetradores de abuso ou perigo estão normalmente em posições de poder. Responsabilizamo-los pelas suas acções, quer sejam pais e família, professores, clérigos ou líderes congregacionais ou públicos. Apelamos à igreja para que se oponha firmemente à detenção de crianças e desafiamos as políticas que negam direitos básicos aos jovens ou os discriminam com base na identidade de género, etnia, capacidades, situação económica, orientação sexual, situação migratória, religião ou nacionalidade de origem. Além disso, exortamos as pessoas em posições de autoridade e poder a apoiar e a incluir os jovens na tomada de decisões e na contribuição dos seus dons a todos os níveis da igreja e da sociedade.

C. Os Idosos e o Envelhecimento

As pessoas idosas têm muitos dons para contribuir. Apelamos à igreja, aos governos e aos organismos cívicos para que proporcionem oportunidades contínuas para que estas participem na família humana e contribuam para o trabalho de Deus no mundo. Os idosos também têm o direito ao apoio e à protecção contra as vulnerabilidades do envelhecimento, expressas em disparidades económicas, práticas de herança injustas, cuidados de saúde pública inadequados e negligência sistémica com base no género, etnia, capacidades e condições económicas.

Exortamos a igreja, os governos e a sociedade civil a desenvolver e promulgar políticas e programas sociais que atendam às necessidades e aos direitos das pessoas à medida que estas envelhecem. Apoiamos políticas sociais que integram os idosos na vida da comunidade e garantem recursos para o seu bem-estar, incluindo oportunidades de emprego não discriminatórias, oportunidades educacionais e de serviço, assistência médica e alojamento acessíveis, protecção contra a exploração económica ou psicológica e cuidados aos idosos de alta qualidade e assistidos publicamente. Afirmamos a autodeterminação dos idosos, quer vivam independentemente ou em famílias ou instituições e, condenamos as violações da sua qualidade de vida através de medicação desnecessária ou restrições à sua acção e participação social.

D. As Mulheres e as Raparigas

Afirmamos que os dons das mulheres e das raparigas são vitais para a criação de Deus e prestam contribuições importantes tanto à igreja como à sociedade. Apoiamos a igualdade de oportunidades e direitos para todas as mulheres e raparigas, independentemente da sua nacionalidade de origem, cor, etnia, orientação sexual, religião, capacidade física ou outras características.

Para garantir estes direitos, imploramos à igreja, governos e instituições cívicas que desenvolvam estruturas e políticas mais equitativas e reconheçam o valor, a sabedoria e as preocupações das mulheres. Todas as mulheres têm direito a oportunidades educacionais iguais, protecção dos seus corpos, justiça reprodutiva, direitos e responsabilidades parentais, emprego e compensação e promoção equitativas.

Afirmamos a dignidade e o valor de todas as mulheres e raparigas e exortamos a igreja, os governos e os organismos cívicos a fomentar o seu potencial de liderança e a melhorar as suas oportunidades para fornecerem liderança em todos os aspectos da igreja e da vida social. Pedimos aos mesmos organismos que assegurem os direitos das mulheres e das raparigas de viver livres das expectativas do género que limitam o seu pleno desenvolvimento como seres humanos e do assédio, da discriminação, da violência, do abuso doméstico ou no local de trabalho, do tráfico humano e de outras formas de violência baseada no género em todas as alturas e locais. No sentido mais forte possível, instamos a igreja e todos os organismos políticos e cívicos a promulgar políticas que promovam e protejam o estatuto e o papel das mulheres e das raparigas em todas as facetas da vida para que possam prosperar e contribuir com os seus dons para o bem-estar da sociedade.

E. Os Homens e os Rapazes

Afirmamos que os homens e os rapazes prestam contribuições importantes tanto à igreja como à sociedade. Apoiamos a igualdade de oportunidades para todos os homens e rapazes independentemente da sua nacionalidade de origem, cor, etnia, orientação sexual, religião, capacidade física ou outras características.

Para garantir estes direitos, oportunidades e protecções, exortamos a igreja, os governos e as instituições cívicas a desenvolver estruturas e políticas equitativas para garantir que a dignidade e o valor de todos os homens e rapazes sejam reconhecidos e afirmados. Apelamos ainda para que os direitos dos homens e dos rapazes sejam salvaguardados em relação à educação, ao emprego, à compensação e à promoção, assim como aos direitos e às responsabilidades parentais.

Afirmamos os direitos dos homens e dos rapazes de viver livres de assédio, violência, discriminação, abuso doméstico ou no local de trabalho, tráfico humano e expectativas de género que limitam o seu pleno desenvolvimento como seres humanos. Encorajamos a criação de oportunidades para que o seu potencial de liderança seja cultivado, a fim de que possam prosperar e contribuir com os seus dons para o bem-estar da sociedade.

F. As Comunidades Autóctones, Nativas e Aborígenes

Apoiamos os direitos das comunidades autóctones, nativas e aborígenes e afirmamos que, como todas as pessoas, estas devem usufruir dos direitos fundamentais estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Condenamos actos de genocídio contra povos indígenas e apelamos para que os tratados e contratos governamentais com povos nativos e aborígenes sejam respeitados e aplicados.

Juntamo-nos aos povos e tribos indígenas para exigir que os seus direitos de exercer a soberania nacional sejam defendidos pelos governos e tribunais. Apoiamos os esforços dos povos indígenas ou autóctones para revitalizar as suas línguas e culturas face aos esforços concertados para assimilá-los nas sociedades tradicionais. Reconhecemos que os povos autóctones, nativos e aborígenes têm o direito de controlar a sua terra, água e outros recursos e lamentamos qualquer tentativa de apreender à força esses recursos ou de retirar à força os povos autóctones dos seus territórios.

G. Os Migrantes, os Imigrantes e os Refugiados

Afirmamos a dignidade, o valor e os direitos dos migrantes, imigrantes e refugiados, incluindo pessoas deslocadas e apátridas. Ao fazê-lo, reconhecemos que o mundo de hoje enfrenta uma crise sem precedentes relacionada com a deslocação de um grande número de pessoas devido a factores, tais como guerras em curso e outras hostilidades, intervenções estrangeiras, escassez de alimentos e fome generalizadas, aquecimento global e alterações climáticas e o fracasso dos Estados-nação em proteger e cuidar adequadamente das suas populações.

Reconhecemos que as pessoas deslocadas são particularmente vulneráveis, uma vez que o seu estatuto intermédio lhes proporciona frequentemente poucas protecções e benefícios, deixando-as expostas à exploração, à violência e ao abuso. Instamos os metodistas unidos a acolher migrantes, refugiados e imigrantes nas suas congregações e a comprometer-se a fornecer apoio concreto, incluindo ajuda na compreensão de políticas de imigração restritivas e muitas vezes morosas e assistência na obtenção de alimentos, habitação, educação, emprego e outros tipos de apoio.

Opomo-nos a todas as leis e políticas que tentam criminalizar, desumanizar ou punir indivíduos e famílias deslocados com base no seu estatuto de migrantes, imigrantes ou refugiados. Além disso, condenamos as tentativas de detenção de pessoas deslocadas e de as manter em condições desumanas e insalubres. Desafiamos as políticas que apelam à separação das famílias, especialmente dos pais e das crianças menores e opomo-nos à existência de centros de detenção com fins lucrativos para esses fins.

H. As Pessoas com Deficiência

Afirmamos a plena humanidade e reconhecemos os dons das pessoas que vivem com deficiência. Apelamos à eliminação de todas as barreiras que impedem as pessoas com deficiência de participar plenamente na vida das congregações locais e da sociedade em geral. Embora nenhum termo tenha obtido aceitação universal em toda a nossa conexão global, "pessoas com deficiência" refere-se a um amplo grupo de pessoas que vivem com condições ou desafios cognitivos, físicos, de desenvolvimento, sensoriais, neurológicos, intelectuais e psicológicos distintos.

Lamentamos que a igreja tenha frequentemente estigmatizado e discriminado as pessoas com deficiência ao impor rótulos com conotações negativas, ao falhar em dar espaço na vida da igreja para a gama completa do povo de Deus e ao interpretar palavras como "cego", "coxo" e "surdo" de formas pejorativas. Por isso, as pessoas com deficiência são frequentemente descartadas ou desvalorizadas, tanto na Igreja como na sociedade civil. Em resposta, chamamos a igreja a actos de arrependimento, a uma escuta sincera e a um ministério colaborativo com pessoas com deficiência para que possam contribuir com a sua sabedoria e dons para a missão e o ministério das congregações locais e outros organismos da igreja.

Do mesmo modo, apelamos aos líderes da sociedade civil, empresas e governos para que trabalhem para a remoção de todas as barreiras e para proporcionar oportunidades para as pessoas com deficiência prestarem as suas contribuições únicas para toda a sociedade. Apelamos à protecção dos direitos de todas as pessoas com deficiência, incluindo os direitos aos cuidados de saúde, emprego, educação, habitação e transporte e à ausência de discriminação.

I. As Orientações Sexuais e as Identidades de Género

Tendo em conta que todas as pessoas têm um valor sagrado e certos direitos humanos fundamentais são devidos a todos, comprometemo-nos em apoiar a igualdade de direitos, liberdades e protecções de todas as pessoas, independentemente da orientação sexual ou identidade de género. Consideramos questões claras de igualdade e justiça na protecção das reivindicações legítimas de todas as pessoas através de recursos materiais compartilhados, pensões, relações de guardiões, procurações com reciprocidade e outras reivindicações legítimas tipicamente inerentes às relações contratuais que envolvem contribuições compartilhadas, responsabilidades e obrigações e protecção igual perante a lei. Além disso, porque em muitos países as minorias sexuais e de género são desproporcionalmente afectadas por estigmas sociais, discriminação, coacção e violência, apelamos às igrejas, governos, empresas e organizações cívicas para que façam tudo o que está ao seu alcance para combater esse tratamento injusto e promover a igualdade de direitos e protecções para todos.

J. As Minorias Religiosas

Afirmamos os direitos das minorias religiosas de adorar em paz e de exercer a sua fé sem medo de discriminação ou perseguição. Condenamos as acções de qualquer indivíduo, grupo ou organização que denigram ou rebaixam aqueles que pertencem a outra fé. Como cristãos, consideramos que tais atitudes e acções são antitéticas ao mandamento de Jesus de amar o próximo.

Exortamos os governos, as empresas, as igrejas e outras instituições da sociedade civil a tomar medidas concertadas para preservar e proteger os direitos de todas as pessoas religiosas. Opomo-nos a qualquer forma de discriminação e intolerância para com as minorias religiosas, incluindo leis que proíbem vestuário e símbolos religiosos e declarações de funcionários públicos que incitam à intolerância, ao ódio e à violência. Apelamos a uma cobertura mediática responsável das religiões e condenamos a disseminação de estereótipos e falsidades sobre as minorias religiosas.

Endossamos os direitos de todas as pessoas religiosas a praticar a sua fé, livres de restrições legais, políticas e financeiras injustificadas e desnecessárias. Também apoiamos o direito dos indivíduos de escolher a sua própria fé e rejeitamos tentativas de impor crenças às pessoas ou de as coagir ou manipular para que se juntem ou continuem a fazer parte de uma tradição religiosa quando tenham decidido não se afiliar. As crenças religiosas individuais não devem ser usadas para negar direitos humanos fundamentais.

CHURCH & SOCIETY
The United Methodist Church

Living FAITH Seeking JUSTICE Pursuing PEACE

Princípios Sociais Metodistas Unidos adotados pela Conferência Geral Charlotte, 2024